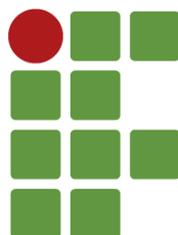




Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Campus Cametá



INSTITUTO
FEDERAL
Pará

Campus
Cametá

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS CAMETÁ
2019 - 2023

REITORIA

Reitor

Claudio Alex Jorge da
Rocha

Pró-Reitor de Ensino – PROEN

Elinilze Guedes Teodoro

Pró-Reitora de Extensão e Relações Externas – PROEX

Fabrcio Medeiros Alho

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação - PROPPG Ana Paula Palheta Santana

Pró-Reitor de Administração – PROAD Danilson Lobato Da Costa

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas Fábio Dias dos Santos

CAMPUS CAMETÁ

Diretoria Geral Aldrin

Mario da Silva Benjamin

Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional

Helder Carlos Leão Freitas

Gabinete

Jackson Oliveira Andrade

Setor de Tecnologia da Informação

Fernando José Lima Correia

Assessoria de Comunicação Social

Glauber da Silva Ribeiro

Coordenação de Gestão de Pessoas

Raimundo Klaus Reis Santos

Departamento de Administração

Reinaldo Adalmiro dos
Santos e Santos

Coordenação de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Fernando José Lima Correia

Setor de Almojarifado e Patrimônio

Clenilson Azevedo
Gonçalves

Setor de Compras e Serviços

Giovani Guimarães Lisboa

Setor de Contratos e Convênios

José Raimundo Padinha
Santos

Setor de Protocolo e Arquivo

Eudes Sarges da Silva

Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão

Edilene dos Santos Caldas

Setor de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação

Fagner Freires de Sousa

Coordenação de Extensão

Jonatas Monteiro Guimarães
Cruz

Setor de Registro e Indicadores Acadêmicos

Elane Gaia Braga

Coordenação de Ensino e Políticas Educacionais

Lídia Maciel Costa

Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas

Valdir Mário Dias Monteiro

Setor de Biblioteca

Glauber da Silva Ribeiro

Setor de Estágio

Elizete Neves Monteiro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PDC

Discentes

Aimeê Miranda Ribeiro
William Ravel Siqueira Martins

Docentes

Gledson Gomes da Costa
Mairo Cândido Rodrigues
Welma Cristina Barbosa Mafra

Técnicos Administrativos

Ana Isabel de Lima Gonçalves
Fernando José Lima Correia
Giovani Guimarães Lisboa

[Histórico de alterações]

Data	Versão	Descrição	Autor
30/08/2021	1.0	Documento original	Comissão de Elaboração do PDC
14/09/2021	1.1	Correções feitas após assembleia de apresentação do PDC para a comunidade do campus Cametá	Giovani Guimarães Lisboa
21/10/2021	1.2	Revisão para atender as solicitações do Despacho 29/2021/CGPLAN/IFPA.	Giovani Guimarães Lisboa
24/05/2022	1.3	Revisão para atender a atualização do PDI aprovada pela Resolução n° 675/2022/CONSUP e as solicitações do Ofício Circular n° 04/2022/DPDI.	Giovani Guimarães Lisboa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Estratégico.....	19
Figura 2 - Cadeia de Valor do IFPA	34
Figura 3 - Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.	74
Figura 4 - Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.	78
Figura 5 - Organograma do Campus Cametá.....	92
Figura 6 - Matriz de níveis de riscos.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos de referência para elaboração do PDC.....	15
Quadro 2 - Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Cametá, para o período de vigência do PDI 2019-2023.	23
Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos.....	35
Quadro 4 - Macroprocessos de Gestão.	36
Quadro 5 - Macroprocessos de Suporte.	37
Quadro 6 - Cursos em funcionamento no ano de 2018.....	66
Quadro 7 - Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.....	68
Quadro 8 - Área docente/Titulação/Atuação/Experiência	71
Quadro 9 - Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.....	74
Quadro 10 - Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.....	75
Quadro 11 - Quantitativo do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.	78
Quadro 12 - Quantitativo e percentual do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.....	79
Quadro 13 - Infraestrutura física em 2019 (projeção em m ²).	83
Quadro 14 - Acervo da biblioteca por área do conhecimento.....	85
Quadro 15 - Equipamentos dos laboratórios de informática.....	87
Quadro 16 - Equipamentos de informática para uso administrativo.....	87
Quadro 17 - Evolução da infraestrutura (projeção em m ²)	89
Quadro 18 - Programas de apoio pedagógico e financeiro planejados pelo SAEAI do IFPA Campus Cametá para o ano de 2019.....	98
Quadro 19 - Plano de investimento/Cronograma.....	104
Quadro 20 - Previsão orçamentária de orçamento para custeio e investimento	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.....	76
Tabela 2 - Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos...	76
Tabela 3 - Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.....	77
Tabela 4 - Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.	78
Tabela 5 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	79
Tabela 6 - Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDI entre 2019 e 2023.....	80
Tabela 7 - Plano de evolução da qualificação do corpo técnico administrativo na vigência do PDI entre 2019 e 2023.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCOF	Coordenação de Contabilidade, Orçamento e Finanças
CDA	Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
CGP	Coordenação de Gestão de Pessoas
CGTD	Coordenação Geral de Treinamento e Desenvolvimento
CLMA	Comissão Local de Meio Ambiente
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEX	Coordenação de Extensão
CONDIR	Conselho Diretor
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação Institucional
CTEAD	Campus de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância
DA	Departamento de Administração
DCEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DE	Departamento de Ensino
DG	Direção Geral
EaD	Educação à Distância
EAFC	Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal
EAFMB	Escolas Agrotécnicas Federais de Marabá
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESAF	Escola de Administração Fazendária
FIC	Formação Inicial e Continuada
FNDE	Fundo de Desenvolvimento da Educação

IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NTEAD	Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância
PAM	Plano Anual de Metas
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDC	Plano de Desenvolvimento do Campus
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRODIN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAEAI	Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas
SCS	Setor de Compras e Serviços
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPA	Setor de Protocolo e Arquivo
SPDAI	Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional
SPPGI	Setor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
STI	Setor de Tecnologia da Informação
UAB	Universidade Aberta no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 MÉTODO	14
2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	15
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	17
3.1 Missão, valores e visão	17
3.1.1 Missão.....	17
3.1.2 Valores.....	17
3.1.3 Visão.....	17
3.2 Direcionamento estratégico	17
3.3 Mapa Estratégico	18
3.3.1 Aprendizado e Crescimento.....	20
3.3.2 Infraestrutura e Tecnologia.....	20
3.3.3 Orçamento e Finanças.....	20
3.3.4 Processos Internos	20
3.3.5 Resultados à Sociedade.....	20
3.4 Objetivos Estratégicos	20
3.5 Monitoramento	21
3.5.1 Indicadores e metas.....	21
3.5.2 Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP).....	21
4 PLANO DE AÇÃO	22
5 CADEIA DE VALOR	32
6 PERFIL INSTITUCIONAL	38
6.1 Histórico do IFPA	38
6.2 Finalidade	39
6.3 Áreas de atuação acadêmica	40
6.3.1 Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).	40
6.3.2 Cursos Técnicos de Nível Médio.....	40
6.3.3 Cursos Superiores de Graduação	41
7 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)	42
7.1 Inserção regional	42

7.2	Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais.....	43
7.3	Organização didático-pedagógica da instituição.....	44
7.4	Políticas de Ensino	45
7.4.1	Políticas de Ensino e Afirmarções	46
7.4.2	Das modalidades de ensino.....	47
7.4.3	Sistemática de atualização curricular.....	51
7.4.4	Desenvolvimento/utilização de material didático pedagógico	52
7.4.5	Sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade da Educação à Distância;	53
7.4.6	Programas de monitoria	53
7.4.7	Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu	54
7.5	Políticas de Extensão	56
7.6	Políticas de Pesquisa	58
7.7	Políticas de Gestão	59
7.7.1	Política de formação e capacitação docente.....	59
7.7.2	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo	61
7.8	Responsabilidade Social do IFPA.....	63
8	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	65
8.1	Descrição da situação atual.....	65
9	PERFIL DO CORPO DOCENTE	70
9.1	Composição	70
9.2	Plano de carreira.....	75
9.3	Cronograma e plano de expansão do corpo docente	76
10	PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	78
10.1	Composição	78
10.2	Plano de carreira.....	79
10.3	Formas de Desenvolvimento	79
10.4	Critério de seleção e contratação	80
10.5	Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo	80
11	INFRAESTRUTURA	82
11.1	Infraestrutura física.....	82

11.2	Biblioteca	83
11.3	Laboratórios	86
11.4	Recursos tecnológicos e de audiovisual	87
11.5	Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais	88
11.6	Cronograma de expansão da infraestrutura	89
11.7	Plano de substituição de veículos	90
12	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO IFPA	91
12.1	Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico	91
12.2	Órgãos Colegiados	93
12.2.1	Conselho Diretor (CONDIR)	93
12.3	Políticas de Gestão do IFPA	93
12.3.1	Política de Gestão Integrada.....	93
12.3.2	Política de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação	93
12.3.3	Política de Gestão de Pessoas.....	94
12.3.4	Políticas de Gestão por Processos	94
12.3.5	Políticas de Gestão de Riscos e Controles	94
12.3.6	Política de Meio Ambiente.....	95
12.3.7	Modelo de Gestão do Campus	95
13	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	97
13.1	Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)	97
13.2	Estímulos à permanência	98
13.3	Organização estudantil	99
13.4	Acompanhamento dos egressos	100
14	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	102
15	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	103
15.1	Estratégia de gestão econômico-financeira	103
15.2	Planos de investimentos	103
15.3	Previsão orçamentária e cronograma de execução (05 anos)	104
16	PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC	105
17	PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS	106

19 CONCLUSÃO.....108

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC) é um mecanismo de planejamento cuja execução e integração se propõem em sistematizar uma proposta de educação de qualidade de acordo com o orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

O PDC, elaborado sob a coordenação da comissão local, foi constituído a partir de um planejamento com base no relato dos resultados de reuniões da comissão tendo como referência os documentos institucionais: Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o acordo de metas SETEC/MEC para os institutos federais. As concepções, princípios e objetivos estabelecidos neste instrumento constituíram os fundamentos, a partir dos quais foram definidas as diretrizes, metas e ações de cada dimensão do funcionamento da instituição, consideradas na elaboração do planejamento.

1 MÉTODO

Tendo em vista que o PDC do Campus Cametá se trata de uma extensão do planejamento institucional do IFPA, aquele foi elaborado com base no PDI 2019-2023, buscando utilizar ao máximo as metodologias e ferramentas adotadas pelo planejamento macro. Assim, a estrutura utilizada neste documento também seguiu as diretrizes definidas na plataforma ForPDI.

O PDC do Campus Cametá foi elaborado conforme as etapas descritas a seguir:

- 1) Formação da Comissão Local do Campus entre outubro de 2017 e janeiro de 2018 pela equipe da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODIN);
- 2) Realização da oficina de elaboração do PDC no Campus, coordenada pela Comissão Central, para coleta de informações, com aplicação da matriz SWOT, no período de março a junho de 2018;
- 3) Reunião com os gestores das áreas do campus para levantamento dos objetivos institucionais da unidade para o período de 2019 a 2023;
- 4) Organização e consolidação das informações, elaboração da minuta preliminar do PDC, realizado pelos membros da Comissão Local;
- 5) Análise da Minuta, discussão e aprovação pela Comissão;
- 6) Disponibilização da minuta no site do Campus para leitura e contribuições da comunidade acadêmica;
- 7) Aprovação da minuta pela comunidade acadêmica e comunidade externa em Assembleia Geral.

2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Quadro 1 – Documentos de referência para elaboração do PDC

Legislação	Objeto
Constituição Federal de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto nº 5.626/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Decreto nº 5.707/2006	Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autarquia e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.
Decreto nº 9.235/2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequências no sistema federal de ensino.
Lei nº 8.112/1990	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei nº 9.394/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei nº 11.741/2008	Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
Lei nº 11.892/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Resolução nº 46/2013/CONSUP/IFPA	Aprova o Projeto de Institucionalização da Educação a Distância, no âmbito do IFPA.
Resolução nº 142/2018/CONSUP/IFPA	Aprova o organograma do IFPA Campus Cametá.
Resolução nº 147/2016/CONSUP/IFPA	Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFPA.

Legislação	Objeto
Resolução nº 328/2017/CONSUP/IFPA	Define a Política Institucional, e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos (ProEgressos) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

3.1 Missão, valores e visão

3.1.1 Missão

Promover a formação cidadã, acadêmica e profissional em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, para o desenvolvimento sustentável, valorizando a diversidade e a inclusão social e a integração dos saberes e sujeitos na região do Baixo Tocantins.

3.1.2 Valores

São valores que devem ser observados em todas as atividades e ações do Campus Cametá:

- a) Respeito;
- b) Igualdade;
- c) Ética;
- d) Comprometimento;
- e) Transparência;
- f) Democracia;
- g) Compreensão;
- h) Pluralidade;
- i) Cooperação;
- j) Responsabilidade ambiental.

3.1.3 Visão

Ser uma instituição reconhecida pela qualidade de sua educação pública e inclusiva, que garanta o acesso ao mundo do trabalho por meio da cooperação e da integração dos saberes, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável.

3.2 Direcionamento estratégico

Ponderando as variáveis do ambiente interno e externo, se conclui que o contexto atual do IFPA Campus Cametá sinaliza com a escolha de estratégias de Concentração e Crescimento. Neste contexto o direcionamento estratégico prioriza:

1. Ofertar cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com a demanda local e regional;
2. Fortalecer os cursos FIC (Culturas regionais / recursos florestais);
3. Consolidar o centro de idiomas;

4. Criar o centro de pesquisa aplicada / multidisciplinar;
5. Ampliar o auxílio estudantil;
6. Ampliar e consolidar as parcerias externas;
7. Concluir a obra do Campus;
8. Ampliar a oferta de projetos sociais;
9. Potencializar os cursos técnicos integrados e subsequentes já existentes;
10. Implementar laboratórios específicos;
11. Estruturar um terceiro eixo de atuação;
12. Descentralizar a fiscalização de obras do Campus;
13. Ampliar a infraestrutura;
14. Capacitar os discentes egressos, proporcionando-lhe maior aceitação no mercado de trabalho;
15. Capacitar e qualificar os servidores;
16. Ampliar o quadro de servidores;
17. Reduzir o uso de descartáveis e de papel.

3.3 Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico do Campus Cametá está organizado segundo as perspectivas definidas no PDI 2019-2023, utilizando-se como parâmetro as perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC). Assim, são perspectivas do Planejamento Estratégico do IFPA: **Aprendizado e Crescimento; Infraestrutura e Tecnologia; Orçamento e Finanças; Processos Internos e Resultados à Sociedade.**

Figura 1 - Mapa Estratégico



Fonte: IFPA (2019), PDI 2019-2023.

3.3.1 Aprendizado e Crescimento

Representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar aprendizado e crescimento, melhorando a longo prazo. Abrange quatro categorias principais: capacidade dos servidores; capacidade dos sistemas de informação; clima organizacional e procedimentos organizacionais.

3.3.2 Infraestrutura e Tecnologia

Representa a infraestrutura física e de tecnologia da informação do IFPA, alinhados com as necessidades das unidades que compõem a organização, auxiliando no desenvolvimento das iniciativas estratégicas previstas para o atingimento dos objetivos estratégicos.

3.3.3 Orçamento e Finanças

Representa a informação de recursos orçamentários necessários para a implantação dos objetivos estratégicos da Instituição, bem como as medidas financeiras adotadas para gerar capacidade de investimentos, redução de custos e melhoria da produtividade.

3.3.4 Processos Internos

Representa a melhoria dos processos internos já existentes, bem como cria outros processos inovadores, por meio dos quais a instituição pretende atingir a excelência para o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da instituição.

3.3.5 Resultados à Sociedade

Representa como os resultados conquistados pelas iniciativas estratégicas executadas pela instituição são percebidos pelos alunos e sociedade, e em quanto contribuem com a satisfação e bem-estar dos alunos e da sociedade.

3.4 Objetivos Estratégicos

Assim como as perspectivas do Mapa Estratégico, os objetivos estratégicos do PDC do Campus Cametá também refletem os objetivos estratégicos do PDI, contudo os indicadores foram revisados e adaptados à realidade do Campus através da redefinição das metas e inclusão de indicadores que sejam aderentes aos objetivos do Campus.

Assim, os objetivos estratégicos do PDC do Campus Cametá são os seguintes:

1 Aprendizado e Crescimento (AC)

AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados;

AC2 - Implementar a Governança Institucional.

2 Infraestrutura e Tecnologia (IT)

IT1 - Consolidar e ampliar a infraestrutura;

IT2 - Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados.

3 Orçamento e Finanças (OF)

OF1 – Otimizar a execução orçamentária e financeira.

4 Processos Internos (PI)

PI1 – Institucionalizar e expandir a EaD;

PI2 – Aumentar a qualidade da formação acadêmica;

PI3 – Fortalecer a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;

PI4 – Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem;

PI5 – Fomentar políticas e programas institucionais e governamentais;

PI6 – Ampliar a oferta de vagas em pós-graduação e qualificação dos servidores;

PI7 – Melhorar os indicadores de qualidade educacional e avaliação;

PI8 – Promover pesquisa científica e tecnológica;

PI9 – Estimular a difusão do conhecimento;

PI10 – Melhorar a gestão documental.

5 Resultados à sociedade (RS)

RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social;

RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade;

RS3 – Aprimorar a comunicação com a sociedade;

RS4 – Ampliar a sustentabilidade ambiental.

3.5 Monitoramento

3.5.1 Indicadores e metas

Os indicadores são métricas que geram informações, permitindo acompanhar o alcance dos objetivos estratégicos, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e necessidade de mudança. As metas serão quantitativas ou qualitativas.

3.5.2 Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP)

O SIGPP é um sistema que auxilia a gestão no monitoramento das ações executadas anualmente no IFPA.

4 PLANO DE AÇÃO

O plano de ação apresentado no Quadro 2, é a consolidação dos objetivos estratégicos, indicadores, metas, prazos, responsáveis no período de 2019 a 2023.

Quadro 2 - Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Cametá, para o período de vigência do PDI 2019-2023.

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados	AC1.1 – Percentual de servidores assistidos em Saúde e Qualidade de Vida	$\text{N}^\circ \text{ de servidores atendidos pelo Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores} * 100$	Percentual	0%	25%	35%	38%	45%	CGP
	AC1.4 – Índice de Titulação Docente	$(\text{N}^\circ \text{ de Doutores} * 5 + \text{N}^\circ \text{ de Mestres} * 4 + \text{N}^\circ \text{ de Especialistas} * 3 + \text{N}^\circ \text{ de Aperfeiçoados} * 2 + \text{N}^\circ \text{ de Graduados} * 1) / \text{N}^\circ \text{ Total de docentes}$	Índice	4,0	4,1	4,2	4,4	4,5	CGP
	AC1.5 – Índice de Titulação dos Servidores Técnico- Administrativos	$(\text{N}^\circ \text{ de Doutores} * 5 + \text{N}^\circ \text{ de Mestres} * 4 + \text{N}^\circ \text{ de Especialistas} * 3 + \text{N}^\circ \text{ de Aperfeiçoados} * 2 + \text{N}^\circ \text{ de Graduados} * 1 + \text{N}^\circ \text{ de Não Graduados} * 0,5) / \text{N}^\circ \text{ Total de Técnico-administrativos}$	Índice	3,0	3,1	3,3	3,4	3,5	CGP
	AC1.6 – Percentual de satisfação dos servidores	$\text{N}^\circ \text{ de servidores satisfeitos} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores} * 100$	Percentual	50%	55%	60%	65%	70%	CGP
	AC1.7 – Percentual de processos da área de gestão de pessoas padronizados	$\text{N}^\circ \text{ de processos padronizados da área de gestão de pessoas} / \text{N}^\circ \text{ total de processos mapeados da área de gestão de pessoas} * 100$	Percentual (Cumulativo)	0%	25%	60%	80%	100%	CGP
AC2 - Implementar a Governança Institucional	AC2.1 – Percentual de processos de negócio modelados	$\text{N}^\circ \text{ de processos de negócio modelados} / \text{N}^\circ \text{ total de processos de negócio identificados} * 100$	Percentual (Cumulativo)	10%	20%	20%	30%	50%	SPDAI
	AC2.2 – Percentual de eficácia na execução do PDC	$\text{N}^\circ \text{ de metas alcançadas} / \text{N}^\circ \text{ total de metas previstas no PDC para cada exercício} * 100$	Percentual	70%	70%	70%	80%	85%	SPDAI

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
	AC2.4 – Percentual de Execução Orçamentária alinhada aos Objetivos Estratégicos	Valor executado alinhado aos objetivos estratégicos / Valor total da execução orçamentária * 100	Percentual	60%	70%	90%	90%	90%	CCOF
	AC2.5 – Percentual de projetos de gestão gerenciados	Nº de projetos de gestão gerenciados / Nº total de projetos de gestão identificados * 100	Percentual (Cumulativo)	-	-	20%	40%	50%	SPDAI
	AC2.6 – Média do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos Riscos	Soma do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos Riscos identificados pelas unidades / Nº total de riscos identificados * 100	Percentual	20%	25%	70%	80%	85%	SPDAI
IT1 – Consolidar e ampliar a infraestrutura	IT1.8 - Número de unidades de produção para aulas dos cursos de recursos naturais implantadas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	-	-	1	2	2	DE
	IT1.9 - Número de veículos compoendo a frota do Campus	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	1	4	4	4	5	DA
IT2 – Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação de dados	IT2.2 – Percentual de Analistas e Técnicos de TI alinhados ao PETI	Nº de participantes no encontro dos Analistas e Técnicos de TI / Nº total de Analistas e Técnicos de TI em exercício na função * 100	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	STI
	IT2.5 – Número de Projetos Avançados de infraestrutura de comunicação de dados	Não tem fórmula.	Unidade	0	1	1	2	2	STI
	IT2.6 – Número de Projetos Avançados de Governança de TI alinhados à Governança Institucional	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	1	2	2	STI

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
PI1 - Institucionalizar e expandir a EaD	PI1.1 – Polo de apoio presencial criado.	Não tem fórmula.	Binário (Sim/Não)	Não	Não	Sim	Sim	Sim	DE
	PI1.2 - Número de cursos na modalidade a distância ofertados.	Não tem fórmula.	Unidade	0	1	1	1	1	DE
	PI1.3 – Percentual de vagas ofertadas para cursos na modalidade a distância	N° de Vagas autorizadas para cursos na modalidade a distância / N° Total de Vagas ofertadas * 100	Percentual	0%	5%	5%	6%	8%	DE
PI2 - Aumentar a qualidade da formação acadêmica	PI2.1 – Número de parcerias firmadas, visando ao fomento de vagas de estágio, cooperação técnica, intercâmbio de servidores, discentes e egressos	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	4	5	5	5	6	COEX
	PI2.2 – Número de vagas de Estágio fomentadas por meio de parcerias firmadas	Não tem fórmula.	Unidade	25	40	40	40	40	COEX
PI3 - Fortalecer a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.	PI3.2 – Número de projetos executados nos Núcleos de Extensão (NAC, NEL, NTA, NEABI, entre outros)	Não tem fórmula.	Unidade	1	2	2	2	2	COEX
	PI3.3 – Número de projetos executados por meio da Curricularização da Extensão	Não tem fórmula.	Unidade	0	0	0	1	1	COEX
	PI3.5 – Número de Cursos FIC ofertados pelo Centro de Idiomas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	3	3	3	4	4	COEX
	PI3.6 - Número de eventos locais com foco na integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	Não tem fórmula.	Unidade	2	2	1	2	2	DE

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
	PI3.7 - Número de eventos esportivos e de lazer realizados	Não tem fórmula.	Unidade	2	1	1	2	2	COEX
PI4 - Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem	PI4.1 – Percentual de cursos de graduação participantes do Programa de Monitoria	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Cursos de Graduação Participantes do Programa de Monitoria}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Cursos de Graduação}} * 100$	Percentual (Cumulativo)	-	-	-	50%	50%	DE
	PI4.2 – Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e de Ensino de Graduação com política de nivelamento implementada	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação com política de nivelamento implementada}}{\text{N}^\circ \text{ Total de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação}} * 100$	Percentual (Cumulativo)	10%	30%	35%	35%	50%	DE
	PI4.3 – Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e Ensino de Graduação com projetos de ensino desenvolvidos	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação com projetos de ensino desenvolvidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação}} * 100$	Percentual (Cumulativo)	10%	20%	20%	20%	20%	DE
	PI4.4 – Percentual de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE}}{\text{N}^\circ \text{ Total de estudantes com necessidades educacionais específicas}} * 100$	Percentual (Cumulativo)	100%	100%	100%	100%	100%	NAPNE

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
	PI4.5 – Percentual de cursos de graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão	N° de Cursos de Graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão / N° Total de Cursos de Graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	-	-	-	100%	100%	DE
	PI4.6 – Percentual de cursos de licenciatura participantes de Programa de Iniciação à Docência	N° de Cursos de Licenciatura Participantes do Programa de Iniciação à Docência / N° Total de Cursos de Licenciatura * 100	Percentual (Cumulativo)	-	-	-	50%	50%	DE
PI5 - Fomentar políticas e programas institucionais e governamentais	PI5.2 – Número de projetos executados por meio do Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA (PRO-EXTENSÃO)	Não tem fórmula.	Unidade	-	-	2	2	2	COEX
	PI5.4 – Número de Unidades Empreendedoras implantadas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	-	-	-	1	1	COEX
	PI5.5 – Percentual de egressos atendidos pelos Planos de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE)	N° de egressos dos últimos 3 anos atendidos pelo PPAE / N° de egressos dos últimos 3 anos * 100	Percentual	-	-	5%	5%	5%	COEX
	PI5.6 – Número de Boletins produzidos pela Rede OMT	Não tem fórmula.	Unidade	-	-	1	1	1	COEX
	PI5.7 – Percentual de Egressos inseridos no mercado de trabalho	N° de egressos inseridos no mercado de trabalho dos últimos 3 anos / N° Total egressos formados dos últimos 3 anos * 100	Percentual	-	-	15%	15%	15%	COEX

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
PI6 - Ampliar a oferta de vagas em pós-graduação e qualificação dos servidores	PI6.5 - Número de cursos de pós-graduação lato sensu	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	0	2	3	3	3	SPPGI
	PI6.6 - Taxa de evasão de alunos matriculados na pós-graduação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos evadidos}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos matriculados na pós-graduação}} * 100$	Percentual	35%	30%	25%	25%	20%	SPPGI
	PI6.7 - Percentual de Docentes aptos para atuar na Pós-Graduação (mestres e doutores)	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de docentes mestres ou doutores}}{\text{N}^\circ \text{ total de docentes}} * 100$	Percentual	55%	50%	50%	50%	60%	SPPGI
PI7 – Melhorar os indicadores de qualidade educacional e avaliação	PI7.1 – Percentual de requisitos de Acessibilidade	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de requisitos de acessibilidade atendidos}}{\text{N}^\circ \text{ total de requisitos de acessibilidade estabelecidos na legislação}} * 100$	Percentual (Cumulativo)	10%	40%	45%	50%	50%	NAPNE
PI8 - Promover pesquisa científica e tecnológica	PI8.3 – Número de Eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (ICTI)	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	1	1	1	SPPGI
	PI8.4 – Número de Projetos de Pesquisa executados em parceria com o setor produtivo	Não tem fórmula.	Unidade	0	0	0	1	1	SPPGI
	PI8.5 - Número de artigos publicados em periódicos com Qualis Capes	Não tem fórmula.	Unidade	1	2	5	5	5	SPPGI
	PI8.6 - Número de projetos de pesquisa submetidos a editais ofertados pela PROPPG	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	3	3	3	SPPGI

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
PI9 - Estimular a difusão do conhecimento	PI9.4 - Número de títulos de livros indexados ao sistema Pergamum	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	0	550	850	1500	1750	Setor de Biblioteca
PI10 – Melhorara gestão documental	PI10.3 – Número de documentos organizados de acordo com o CONARQ	Não tem fórmula.	Unidades	0	0	50	100	150	SPA
	PI10.4 – Implementação da Política de Arquivo Institucional	Não tem fórmula.	Binário (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	SPA
RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social	RS1.1 – Percentual de estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil	Nº de alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil / Nº de total de alunos matriculados que atendam os critérios da Política * 100	Percentual	90%	100%	90%	90%	90%	SAEAI
	RS1.2 – NAPNE estruturado conforme regulamentação	Não tem fórmula.	Binário (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	NAPNE
	RS1.3 – Política de Ações Afirmativas Específicas implementada	Não tem fórmula.	Binário (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	DE
	RS1.4 – Percentual de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma integrada	Nº de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma integrada / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual	30%	30%	30%	30%	30%	DE
	RS1.5 – Percentual de vagas ofertadas para o EJA-EPT	Nº de vagas ofertadas para o EJA-EPT / Nº total de vagas ofertadas no ano anterior * 100	Percentual	7%	9%	10%	10%	10%	DE

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
	RS1.6 – Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas e Programas de Formação Docente	Nº de vagas ofertadas para Licenciatura e Programas de Formação Docente / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual	0%	0%	0%	12%	12%	DE
	RS1.7 – Índice de Eficiência Acadêmica	(Taxa de Conclusão + (Taxa de Conclusão / (Taxa de Conclusão + Taxa de Evasão)) * Taxa de Retenção) * 100	Percentual	72%	78%	83%	83%	83%	DE
	RS1.8 - Percentual de alunos matriculados na Educação Básica com acesso à merenda escolar do PNAE	Nº de alunos matriculados na Educação Básica com acesso à merenda escolar / Nº total de alunos matriculados na Educação Básica * 100	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	DA
RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade	RS2.1 – Número de tecnologias produzidas pelo IFPA protegidas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	0	0	0	0	1	SPPGI
	RS2.2 – Número de ações de difusão da inovação realizadas em parceria com outras instituições públicas e privadas	Não tem fórmula.	Unidade	0	0	1	1	1	SPPGI; COEX
	RS2.4 – Número de licenciamentos e transferências de tecnologias para o setor privado, educacional ou comunidades locais realizados.	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	0	0	1	1	1	SPPGI; COEX
RS3 – Aprimorar a comunicação com a sociedade	RS3.2 – Número de veiculação de matérias jornalísticas sobre Ensino, Pesquisa e/ou Extensão na imprensa	Não tem fórmula.	Unidade	5	5	7	10	10	ASCOM

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável
				2019	2020	2021	2022	2023	
RS4 - Ampliar a sustentabilidade ambiental	RS4.3 - Percentual de eficácia na execução do PLS	Nº de metas alcançadas / Nº total de metas previstas no PLS para cada exercício * 100	Percentual	25%	25%	25%	50%	75%	Comissão Local de Meio Ambiente
	RS4.4 - Percentual de eficácia na execução do PAA	Nº de metas alcançadas / Nº total de metas previstas no PAA para cada exercício * 100	Percentual	25%	25%	25%	50%	75%	Comissão Local de Meio Ambiente

5 CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor é um instrumento básico da gestão por processos, uma representação lógica do conjunto de processos que remetem às suas respectivas atividades, facilitando a percepção quanto às necessidades de esforços para resultados institucionais à sociedade.

A decomposição da cadeia de valor na arquitetura de processos permite a identificação das atividades, com suas forças e fraquezas, fontes de custo, indicadores e o potencial de diferenciação dos macroprocessos de negócio.

A oportunidade de melhoria dos processos passa a ser identificada, uma vez que a Cadeia de Valor permite também constatar sobreposições, lacunas e deficiências nas atividades da instituição.

A partir da Cadeia de Valor, da sua relação com os objetivos estratégicos traçados no PDI, que facilita a percepção quanto à necessidade de atenção o que potencializa resultados à sociedade, é garantido o ciclo que corresponde ao diagnóstico, ao monitoramento e a avaliação da estratégia organizacional. A Cadeia de Valor tem a finalidade de:

- a) apresentar, de forma clara, a relação entre as estratégias de gestão e os resultados;
- b) facilitar a visualização das potencialidades institucionais ao público interno e externo;
- c) revelar as relações existentes entre o fazer da instituição e os valores entregues aos alunos e a sociedade;
- d) apresentar de forma simplificada os macroprocessos realizados na instituição.

O destaque vai para a representação dos macroprocessos finalísticos apresentados de forma encadeada, sequencial (ponta a ponta), a exemplo do estudo de demanda à certificação profissional e a gestão do egresso. O movimento restante desse encadeamento valoriza a necessidade de fortalecimento dos fluxos nas diversas áreas de negócio das unidades que compõem o IFPA:

- a) da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e Extensão;
- b) dos estudos preliminares à aprovação do curso;
- c) da prospecção da demanda ao acesso do aluno;
- d) da matrícula do aluno à certificação;
- e) da certificação à gestão do egresso;

- f) da Prospecção de fomento à aprovação do PD&I;
- g) da realização da pesquisa à produção de conhecimento;
- h) da produção de conhecimento à transferência de tecnologia;
- i) da Prospecção à aprovação de atividades de extensão;
- j) da intervenção Extensionista à geração de produtos;
- k) da geração de produtos ao gerenciamento dos produtos.

Macroprocessos de Governança e de Apoio apresentam destaques para a comunicação institucional, a participação e controle social, a gestão do desenvolvimento e gerenciamento de pessoas, além dos que, a partir de atuação sistêmica viabilizam as condições necessárias ao desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos e a entrega de valores aos alunos e a sociedade, conforme apresentado na Figura 2.

Os Quadros 3, 4 e 5 apresentam, respectivamente, os macroprocessos finalísticos, de gestão e de suporte.

Figura 2 - Cadeia de Valor do IFPA



Fonte: EGPGP (2020).

Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e extensão.	Analisar Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais; Analisar Demandas Sociais; Formular Políticas de Ensino; Estabelecer Diretrizes para Ensino, Pesquisa e Extensão; Definir a Oferta de Cursos e Vagas; Avaliar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Dos estudos preliminares à aprovação do curso.	Desenvolver Projetos de Cursos; Aprovar Projetos de Cursos; Autorizar a Oferta de Curso; Viabilizar o Reconhecimento dos Cursos.
Da prospecção do aluno ao acesso do aluno	Identificar Públicos Estratégicos dos Cursos; Comunicar a oferta dos Cursos; Realizar Processo Seletivo.
Da Matrícula do aluno à conclusão e certificação	Realizar Matrícula dos Alunos; Acolher Alunos Matriculados; Projetar e Entregar Serviços de Assistência ao Aluno; Realizar formação com base no PPC dos Cursos; Projetar e entregar serviços de Administração Escolar; Certificar os Alunos.
Da prospecção à aprovação de atividades de extensão	Acompanhar os Egressos; Articular relacionamento com o Mundo do Trabalho; Formular Políticas de Extensão; Articular Relações Externas e de Internacionalização; Desenhar Intervenções Extensionistas; Viabilizar Intervenções Extensionistas; Aprovar Intervenções Extensionistas.
Da intervenção extensionista à geração de produtos	Executar Intervenções Extensionistas; Fomentar Práticas Desportivas, Arte e Cultura; Fomento ao Empreendedorismo; Avaliar impactos das Intervenções Extensionistas; Gerir Produtos das Intervenções Extensionistas;
Da Prospecção de fomento à aprovação de PD&I	Formular Políticas de Pesquisa e Inovação; Viabilizar fomento para projetos de pesquisa e inovação; Viabilizar fomento para Iniciação Científica; Elaborar projetos de pesquisa e inovação; Aprovar projetos de pesquisa e inovação.
Da realização da pesquisa à produção de conhecimento e transferência de tecnologia	Executar projetos de pesquisa e inovação; Fomentar o registro de propriedade intelectual; Difundir conhecimento científico; Transferir conhecimento e tecnologia.

Fonte: EGPGP (2020).

Quadro 4 - Macroprocessos de Gestão.

MACROPROCESSOS DE GESTÃO (GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA)	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Estratégica	Gestão do Planejamento Estratégico Institucional; Gestão do portfólio de produtos e serviços; Gestão do Portfólio de Projetos Estratégicos; Gestão de Processos; Gestão de Riscos; Gestão do Desenho Organizacional; Gestão da Imagem Institucional; Monitoramento e avaliação da estratégia e prestação de contas.
Gestão da Governança	Gestão de Riscos; Gestão de Auditorias Internas; Prestação de Contas; Gestão de Atividades Correcionais e Éticas; Gestão das Relações Institucionais; Gestão dos Órgãos Colegiados, Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho; Gestão dos processos de escolha dos gestores.
Comunicação e Relações Institucionais	Gestão da Comunicação Institucional; Gestão da Comunicação Interna; Gestão de Redes e Relações Institucionais; Gestão de Relações Parlamentares; Gestão de Relações e Acordos Internacionais.
Planejamento e orçamento	Gestão do Plano Plurianual; Gestão do Orçamento.
Modernização Organizacional	Modelagem de Estruturas, Hierarquias e Funções; Gestão de Estruturas de Governança; Gestão do Desempenho e Contratualização de Resultados.
Gestão do Desenvolvimento e Gerenciamento de Pessoas	Planejamento da necessidade de pessoal; Gerenciar recrutamento e seleção de pessoas; Gerenciar o desempenho de pessoas; Gestão de movimentação funcional (exoneração e aposentadoria); Gestão de direitos e benefícios; Gestão de folha de pagamentos; Gestão da saúde, qualidade de vida e segurança ocupacional; Desenvolvimento de Pessoas; Gestão do clima organizacional; Gestão de sistemas de informação de pessoal.
Participação e controle social	Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos; Gestão da transparência ativa e acesso à informação e gestão de dados abertos.
Controle Interno	Gestão de auditorias e fiscalizações; Corregedoria administrativa; Gestão da integridade e da ética pública.
Consultoria Jurídica	Análise jurídica de normas, atos e contratos administrativos; Solução de litígios administrativos.

Fonte: EGPGP (2020).

Quadro 5 - Macroprocessos de Suporte.

MACROPROCESSOS DE SUPORTE	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Orçamentária e Financeira	Gestão do orçamento; Gestão de recursos financeiros; Gestão contábil;
Gestão Financeira Contábil e de Custos	Programação financeira; Gestão financeira; Gestão contábil e gestão de custos
Transferência de Recursos	Planejamento das Transferências; Operacionalização das Transferências; Gestão das transferências e prestação de contas.
Gestão da Tecnologia da Informação	Gestão de demandas de TI; Desenvolvimento de soluções de TI; Implantação de soluções de TI; Manutenção e suporte de TI; Gestão da governança de TI.
Gestão de Logística, Infraestrutura, Bens e Serviços	Aquisição de bens e contratações de serviços; Gestão patrimonial; Gestão de bens de consumo; Gestão de contratos; Gestão de Obras e Engenharia; Manutenção, limpeza e Segurança Predial; Gestão de serviços operacionais.

Fonte: EGPGP (2020).

O estudo completo da Cadeia de Valor do IFPA está disponível por meio do link:
https://drive.google.com/file/d/1uyUVZkR5reXiWb7KRdcBpC59_K0jSme/view?usp=sharing.

6 PERFIL INSTITUCIONAL

6.1 Histórico do IFPA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, em uma estrutura pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e as suas práticas pedagógicas, tendo sido criado pelo Art. 5º, inciso XX, da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhale de Marabá (EAFC/EAFMB).

O IFPA nasce comprometido com as necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do estado, dentro de um processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de referência educacional, científica e tecnológica no estado do Pará e na região norte. Neste sentido, assume o protagonismo na proposição de uma educação profissional e tecnológica de qualidade, onde as demandas das diferentes comunidades constitutivas de sua clientela são norteadoras das suas ações.

O campus Cametá foi oportunizado pela Ação de Expansão da Rede Federal, que teve por objetivo ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica em todo o estado. Assim, em acordo com o poder público municipal, em 05 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de execução de serviços da construção de um campus do IFPA no município Cametá, com a possibilidade de ofertar de 1200 vagas em cursos de ensino técnico e superior.

Concebido como parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional, o IFPA Campus Cametá, busca se consolidar como sustentável e inclusivo, onde a Educação Profissional e Tecnológica seja implementada de forma a atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, contribuir para a elevação da escolaridade e autonomia dos trabalhadores na microrregião de Cametá. Em sua oferta de educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento regional, para tanto, se dispõe a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades presencial, semipresencial e EaD nos municípios de Cametá, Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, que pertencem à microrregião de Cametá, e que, de acordo com a Resolução nº 35/2015 CONSUP-IFPA¹, constituem a área de abrangência do campus.

Buscando ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação

¹ Disponível em: <https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colégiados/resolucoes.jsf>

tecnológica, o IFPA campus Cametá visa garantir a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho, formando profissionais, investindo no fortalecimento da cidadania, e no desenvolvimento sustentável.

Assim, a implantação do IFPA campus Cametá é essencial ao desenvolvimento econômico e social da região, onde o setor produtivo terá melhores perspectivas na agricultura familiar, piscicultura, aquicultura, comércio e indústria, além da interação científica, tecnológica e intelectual, o que permite a transferência de conhecimentos necessários ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável que respeite e estimule os sistemas produtivos locais.

6.2 Finalidade

O IFPA campus Cametá, em consonância com a Lei nº 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o Estatuto Institucional em vigência, expresso pela Portaria nº 1.091, de 27 de agosto de 2009, assente que são as seguintes suas finalidades:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Campus de Cametá;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e deciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;

- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente, e:
- X. Estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

6.3 Áreas de atuação acadêmica

O IFPA Campus Cametá tem por objetivo a atuação em níveis e modalidades distintos, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e de Pós-graduação.

6.3.1 Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Os Cursos FIC podem ser assim definidos:

- Formação Inicial – formação que visa à aquisição de capacidades indispensáveis para o cidadão poder iniciar o exercício de uma profissão. Deve, sempre que possível, incluir conhecimentos básicos relacionados à formação geral, em especial ética, cidadania, matemática e língua portuguesa.
- Formação Inicial com Elevação de Escolaridade – visa à formação inicial em uma área profissional específica associada à elevação de escolaridade em nível fundamental ou médio, com qualificação profissional.
- Formação Continuada ou de Atualização – formação que visa atualizar ou aprofundar habilidades profissionais em área específica do conhecimento.

6.3.2 Cursos Técnicos de Nível Médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, de acordo com as cargas horárias mínimas e o perfil profissional de conclusão estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e podem ser ofertados nas seguintes formas:

- Integrada regular, para quem já tenha concluído o Ensino Fundamental;
- Integrada na modalidade EJA, para jovens maiores de 18 anos e adultos que já tenham concluído o Ensino Fundamental;
- Concomitante, para quem estiver cursando o Ensino Médio em outras instituições de ensino.
- Subsequente, para quem já concluiu o Ensino Médio.

Ainda estão previstos nesse nível de oferta os cursos de especialização técnica que podem ser ofertados para egressos de cursos técnicos e visam qualificar para uma especificidade da área profissional ou novas tecnologias.

6.3.3 Cursos Superiores de Graduação

Os Cursos Superiores de Graduação do IFPA devem promover a formação profissional com o intuito de:

- Privilegiar valores humanos, éticos e morais em suas relações pessoais e profissionais;
- Aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desempenho de suas atividades profissionais, de modo adequado e atual;
- Promover autonomia intelectual.

Os Cursos Superiores são ofertados para portadores de certificado de conclusão do ensino médio e podem ser: de Tecnologia ou Cursos de Graduação Tecnológica; cursos de Bacharelado (em especial, o IFPA tem se dedicado ao ensino de engenharias); cursos de Licenciatura, bem como os programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica (sobretudo nas áreas de ciências e matemática) e para a educação profissional em Educação Básica (destinados aos portadores de certificados de bacharelados), organizados para contemplar a formação do estudante em nível superior de graduação.

7 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

7.1 Inserção regional

Os municípios que compreendem a área de atuação do Campus Cametá têm características geográficas diversas, entre áreas de terra firme e ilhas, e são habitados por povos tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, quilombolas e indígenas que trazem em suas histórias e vivências diversidades de saberes e culturas que caracterizam as múltiplas formas de organização social, cultural e de trabalho. Contudo, apesar dessas diferenças, esses povos se coadunam no enfrentamento de várias problemáticas sociais, ambientais e econômicas em comum.

A microrregião de Cametá é uma das mais pobres do Pará, com índices de desenvolvimento humano que expressam a necessidade de investimentos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura, observando-se, igualmente, a demanda por oportunidades de geração de trabalho e renda.

As práticas produtivas estão centralizadas na agricultura familiar de subsistência, baseada no cultivo da mandioca, da qual se extrai a farinha, elemento básico da alimentação local, e de ciclos de produção do cacau, pimenta do reino e açaí. Nesse cenário, o extrativismo e a pesca também são práticas tradicionais das populações locais.

Contudo, é conveniente expressar que a ausência de serviços essenciais, a construção da hidrelétrica de Tucuruí e a extração desordenada de recursos naturais têm criado persistente desequilíbrio nas formas de produção da vida local, fortalecendo os processos de êxodo rural e precarização da vida nos centros urbanos da região, os quais, alargam suas fronteiras criando novos bairros sem nenhuma organização, infraestrutura ou políticas públicas para o desenvolvimento das populações ali viventes.

Diante desses fatores, torna-se necessária a realização de políticas públicas que propiciem melhores condições de vida e minimizem as desigualdades sociais persistentes nessa região. Assim, a inserção regional do IFPA Campus Cametá na oferta da educação nos diversos níveis, modalidades e formas de ensino pode ser vista como uma das molas propulsoras de desenvolvimento para a região do baixo Tocantins, haja vista, o papel central da cidade de Cametá na vida da microrregião na qual está inserida.

Para tanto, o IFPA Campus Cametá tem paulatinamente construído um intenso diálogo com as diversas instituições sociais presentes no município, ganhando relevo sua relação com as universidades, órgãos públicos municipais, associações de produtores, sindicatos e as lideranças presentes na região. Tais articulações objetivam a construção de uma rede de parceiros com vista a melhoria da qualidade de vida da população através do ensino, pesquisa, extensão e inovação

tecnológicas devidamente comprometidas com a formação humana, integrada e articulada aos arranjos produtivos sociais e culturais, com o exercício da cidadania, com a integração e diversidade dos saberes e com a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho, contribuindo, assim, com o desenvolvimento sustentável da região.

7.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

Os princípios que regem as práticas educacionais no IFPA Campus Cametá partem da definição da educação como direito público subjetivo estabelecido na Constituição Federal de 1988, onde se lê:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, grifo nosso) VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade. VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, grifo nosso).

Assim, esses princípios definem que todos devem ter acesso à educação de qualidade social, humanística, democratizada e democratizante. Uma educação para além da mera instrução, para que todos tenham condições de formarem-se dirigentes e que ela não seja privilégio somente de alguns.

Nesse sentido, a concepção educacional que se anuncia na legislação de criação dos institutos indica que:

- A proposta do IFPA deve agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho e os princípios das tecnologias a ele concernentes – que resulta em um propósito específico para seu currículo;
- A formação deve ser contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana para a construção de uma vida mais digna.

A formação humana deve preceder a qualificação para a laboralidade, pautar-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica, que orienta as ações de ensino,

pesquisa e extensão no IFPA Campus Cametá está baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

Tais princípios devem funcionar como pontos de partida ou como subsídios para que as propostas de gestão no ensino sejam encaminhadas, apreciadas e deliberadas pelo coletivo, transformando o IFPA Campus Cametá em um espaço de produção de saberes, ciência, tecnologia, no qual a educação seja sinônimo de diálogo, de criatividade, de autonomia, de consciência ambiental e de práticas cidadãs.

7.3 Organização didático-pedagógica da instituição

O IFPA Campus Cametá tem como princípio norteador práticas de ensino que colaborem com o desenvolvimento local e regional aliado a proposta de ofertar educação profissional e tecnológica nos seus diferentes níveis e modalidades, associados à pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a inclusão social e o desenvolvimento socioambiental, como explicita a visão do campus.

Os cursos vêm sendo implantados de acordo com as diretrizes da Organização Didático-Pedagógica do IFPA, levando em consideração os levantamentos de indicadores educacionais e sociais da região, audiências públicas e outros indicadores, e eventuais inovações consideradas significativas para as cadeias produtivas locais, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares para atendimento de demandas específicas.

Vale ressaltar que o campus busca mobilizar diversos saberes durante o desenvolvimento curricular dos cursos ofertados, para tanto são realizadas atividades práticas, visitas técnicas e estágios. Nesse sentido, para a garantia de um ambiente educacional instigante, inovador e inclusivo, desenvolvem-se materiais pedagógicos adaptados, devidamente contextualizados à realidade local e a incorporação de avanços tecnológicos, em um eterno diálogo entre as especificidades locais e as demandas da sociedade contemporânea.

A organização didática expõe a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos.

O período letivo do Campus será descrito no Calendário Escolar e a duração das aulas nos cursos ofertados constará no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e serão organizadas em horas-aula

de cinquenta minutos, e o tempo destinado para o intervalo ou recreio, será de dez minutos, entre a segunda e a terceira aula. Dessa forma, o campus funcionará nos três turnos

Também há a previsão de que, excepcionalmente, o Campus poderá adequar os turnos e os horários de funcionamento, para atendimento de realidade não prevista nesse documento, observando a legislação em vigor, ouvida o Conselho Diretor do campus com a devida homologação pela Direção Geral.

Nos cursos técnicos de nível médio e superior será exigida a realização de atividades complementares eletivas, de acordo com a especificação da matriz curricular e em consonância com o estágio curricular supervisionado, observando-se o PDI do IFPA, a Organização Didática Institucional e a normatização em regulamento próprio.

Dessa forma, a Integralização Curricular acontecerá com a integralização da matriz curricular, que ocorre quando o aluno, regularmente matriculado no Campus do IFPA, finaliza todas as atividades estabelecidas pelo curso, ou seja, logra êxito em todas as disciplinas/componentes curriculares, entrega todas as documentações referentes às atividades didáticas complementares concluindo, com aprovação, todas as atividades fixadas no Currículo e previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Destaca-se que os cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC seguirão orientações da Pró-Reitoria de Ensino – PROEN e Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT quando ofertados pelo PRONATEC.

7.4 Políticas de Ensino

A educação se constitui como direito fundamental e essencial de todos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos corrobora com tal afirmação ao estabelecer que “toda pessoa tem direito a educação”. Dessa forma, o acesso ao Ensino ofertado na Rede Federal é discutido, enquanto política pública, com vista à democratização da educação, respeitando a diversidade socioeconômica e cultural e garantia de desempenho satisfatório aos estudantes.

Assim, o acesso aos cursos ofertados no IFPA Campus Cametá acontece/acontecerão em atendimento da demanda na sua área de abrangência, conforme resolução nº 35/2015-CONSUP, via processos seletivos por Editais Específicos e também pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), está previsto, igualmente, o aproveitamento do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicados, respectivamente, a todos os níveis e modalidades de ensino, observando-se as políticas de cotas legais de reserva de vagas em seus processos seletivos para estudantes de escolas públicas, famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, negros, pardos e indígenas

As definições das políticas e ações do IFPA Campus Cametá estão articuladas nas formas, níveis e modalidades educacionais previstos na Lei 9394/96 (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCEM); na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; na Regulamentação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT); e Regulamentação da educação a distância associada integralmente a práticas de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, discutem-se os mecanismos necessários à materialização desse fazer institucional, preconizados nas políticas e nas ações para tal fim.

7.4.1 Políticas de Ensino e Afirmações

PROCAMPO: O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) apoia a implantação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais.

PARFOR: O Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e implantado em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. Tem como objetivo induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de Educação Básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e contribuam para a melhoria da qualidade da Educação Básica no País.

REDE E-TEC BRASIL: Uma ação do Ministério da Educação com foco na oferta de cursos técnicos a distância, além de formação inicial e continuada de trabalhadores egressos do Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos.

PROFUNCIONÁRIO: Programa que visa à formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na educação.

PIBID: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) foi implementado no IFPA a partir de 2009, tendo como objetivo principal proporcionar aos alunos bolsistas qualificação que lhes permita adquirir habilidades e competências para o desenvolvimento de atividades coletivas e interdisciplinares que favoreçam o aprimoramento de metodologias de ensino

inovadoras, a valorização do magistério e o uso de tecnologias da informação e da comunicação no ensino das ciências, em um trabalho articulado entre o IFPA e as Escolas públicas parceiras. O programa tem como base a indissociabilidade entre ensino-pesquisa extensão e é apoiado por meio de bolsas ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

7.4.2 Das modalidades de ensino

Os Cursos Técnicos de Nível Médio são concebidos como cursos articulados com o Ensino Médio. Sendo sua organização efetivada por eixos tecnológicos, conforme estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, documento considerado como referência quanto à nomenclatura dos cursos, às cargas horárias mínimas e o perfil descritivo do profissional. A oferta dos cursos articulados mostra-se da seguinte forma:

- a) Integrada regular, para o aluno que já tenha concluído o Ensino Fundamental;
- b) Integrada na modalidade EJA, para maiores de 15 anos e adultos que já tenham concluído o Ensino Fundamental;
- c) Concomitante, para o aluno que cursa o terceiro ano do Ensino Médio em outras instituições de ensino;
- d) Subsequente, para o aluno que já concluiu o Ensino Médio.

7.4.2.1 Cursos técnico de nível médio na forma integrada regular

Os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, e planejados de modo a conduzir, simultaneamente, o estudante à conclusão do Ensino Médio e à habilitação técnica de nível médio, possibilitando-lhe a inserção no mundo do trabalho e a continuidade de estudos no Ensino Superior.

De acordo com a Lei 11.741/2008, a educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, em conformidade com os dispositivos dessa Lei, o Art.36-C estabelece que a forma articulada pode ser desenvolvida nas seguintes possibilidades:

- I. Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
- II. Concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios, visando o planejamento e o desenvolvimento regional.

Os cursos objetivam formar cidadãos capacitados para atuar como profissionais técnicos de nível médio, a partir de uma sólida educação básica em articulação com o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. Esses cursos têm como principal ideal uma formação cidadã que viabilize a construção da autonomia e a superação da dualidade histórica entre os que são formados para o trabalho manual e os que são formados para o trabalho intelectual – a histórica separação entre pensar e o fazer, característica sedimentadora do modelo capitalista.

Essa proposta fundamenta-se nas concepções do currículo integrado, na estrutura curricular organizada por eixos tecnológicos e nos referenciais metodológicos propiciadores de integração entre a educação básica e a formação profissional. Além disso, os cursos estão organizados em observância ao conjunto de diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo MEC, as quais regem a educação profissional e tecnológica. A matriz curricular dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio regulares será organizada em regime seriado semestral, devendo ter:

- A matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;
- O núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social;
- Os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão.

A duração dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio deverá contemplar as cargas

horárias mínimas destinadas ao Ensino Médio e a carga horária da formação profissional, conforme previsto na LDB e no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), respectivamente.

7.4.2.2 Cursos técnico de nível médio na forma integrada na modalidade EJA

Os cursos técnicos integrados na modalidade EJA é parte integrante do conjunto de ações político- pedagógicas do IFPA através do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Instituído pelo Decreto 5.840/2006, o PROEJA objetiva incluir, sob um dimensionamento social e emancipatório, sujeitos que, na faixa etária regular indicada na legislação brasileira, não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluíram nessa faixa etária. Os cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito do PROEJA são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, organizados e planejados de modo a conduzir o estudante a uma formação profissional técnica de nível médio, possibilitando-lhe a inserção no mundo do trabalho.

A matriz curricular dos cursos contempla, no máximo, 2.400 horas, sendo 1.200 horas destinadas a disciplinas do ensino médio e (em conformidade com as cargas horárias estabelecidas no CNCT) um quantitativo de 800, 1.000 ou 1.200 horas de disciplinas da formação técnica. Além da carga horária estabelecida para a formação geral e a específica, deve ser acrescida a quantidade de 400 horas reservadas à prática profissional.

7.4.2.3 Cursos técnico de nível médio na forma subsequente

Os cursos técnicos de nível médio na forma de oferta subsequente são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, organizados e planejados de modo a conduzir o estudante a uma formação profissional técnica de nível médio, possibilitando-lhe a inserção no mundo do trabalho.

A estrutura curricular dos cursos técnicos de nível médio na forma de oferta subsequente será organizada em regime semestral, observando o perfil constante no CNCT. A carga horária mínima para os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente é de, no mínimo, 800, 1.000 ou 1.200 horas, conforme previsto no CNCT vigente. Atualmente são ofertados três cursos técnicos. Os quais possuem entrada semestral, reservando-se, por turma, um quantitativo de 40 estudantes.

As disciplinas que compõem a matriz curricular devem estar articuladas entre si, fundamentadas na interdisciplinaridade e na contextualização. Orientam-se pelos perfis profissionais de conclusão estabelecidos no projeto pedagógico do curso. Ensejam a formação cidadã, permitindo, assim, tanto a articulação de ciência, trabalho, cultura e tecnologia quanto a aplicação de

conhecimentos teórico-práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação específica. Esse arranjo curricular contribui de modo decisivo para uma sólida formação técnico-humanística dos estudantes.

7.4.2.4 Cursos de Formação profissional e continuada ou de qualificação profissional e tecnológica

A formação inicial e continuada ou qualificação profissional compreende cursos e programas de qualificação, requalificação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de conhecimentos no âmbito da educação profissional e tecnológica. É concebida como concebida como uma oferta educativa que favorece desenvolvimento profissional de trabalhadores nos mais variados níveis de escolaridade e de formação.

Diferentemente das demais ofertas formais de educação profissional e tecnológica, a finalidade desse modelo é promover cursos e programas, realizados nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância, abertos às comunidades interna e externa, em regimes adequados às diversas necessidades das populações do território de abrangência deste campus.

Para tanto, tomamos como referência, os eixos tecnológicos apresentados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; os arranjos produtivos, sociais e culturais locais; as necessidades formativas dos trabalhadores com o objetivo prioritário de promover a formação e qualificação do trabalhador para o mundo do trabalho.

7.4.2.5 Políticas ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

O IFPA Campus Cametá, como instituição educacional, destina-se a promover o ensino, a pesquisa e a extensão em nível superior articulado com a demanda do território, integrado as cadeias produtivas e os Programas e Projetos de Desenvolvimento. Suas atividades podem ser desenvolvidas em todas as áreas do conhecimento humano e Tecnológico. Atualmente, o campus não conta com a oferta de cursos de graduação.

Contudo, trabalha-se para que os Cursos Superiores de Graduação do campus possam assumir o propósito de promover a formação de cidadão com o intuito de privilegiar os valores humanos, éticos e morais em suas relações pessoais e profissionais; aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desempenho de suas atividades profissionais de modo adequado e atual; e promover a autonomia intelectual dos alunos. A oferta dos cursos de nível superior no IFPA mostra-se da seguinte forma:

- a) Cursos de tecnologia;

b) Cursos de bacharelado;

c) Cursos de licenciatura.

Os Cursos de Tecnologia, ou cursos de graduação tecnológica, são organizados, de acordo com o que orienta o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, publicado em 2010, pelo Ministério da Educação. Os cursos de graduação tecnológica objetivam contemplar a formação de profissionais voltados para a aplicação e o desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica; a difusão de tecnologias; a gestão de processos de produção de bens e serviços; o desenvolvimento da capacidade empreendedora; a manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho; e o desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais.

Os Cursos de Bacharelado são planejados de modo a conduzir o discente a uma formação profissional de nível superior, com ênfase a atividades voltadas para a pesquisa.

No que se refere aos Cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, vislumbra-se a formação de professores para a Educação Básica.

Entretanto, ainda na ausência de cursos de graduação o IFPA, campus Cametá, reconhecendo as demandas da sociedade local, oferta, em nível de pós-graduação, as especializações em Agroecologia e Informática Educativa que buscam aprofundar os saberes de profissionais já graduados para que estes possam ter garantido o direito legal de “prosseguir em estudos posteriores”, contribuindo, de forma qualitativa, no desenvolvimento da região do Baixo Tocantins.

7.4.3 Sistemática de atualização curricular

A trajetória do percurso formativo, sistematizado no currículo dos cursos de graduação e licenciatura, serão organizados tendo em vista o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas. Nessa construção são observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:

- Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área;
- Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;

- Potencialidade para o desenvolvimento intelectual dos alunos, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;
- Conteúdos estruturantes de diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade;
- Interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global, como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade, como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática.

Nos cursos que oferecidos pela Instituição, a flexibilidade curricular se reflete em diferentes perspectivas, mas particularmente na eliminação da rigidez estrutural das matrizes curriculares, mediante a redução dos pré-requisitos, e na oferta de componentes curriculares optativos. No que diz respeito aos pré-requisitos, um processo sistemático de reflexão, nos faz rever a natureza da necessidade de um conjunto de saberes prévios, e o quanto é possível avançar com nossos estudantes ainda que na ausência de alguns conhecimentos. Trata-se de uma concepção que tem como pano de fundo a ideia de uma instituição inclusiva, que levam em consideração as características da população local, frequentemente cerceada de oportunidades educacionais.

Em relação aos componentes curriculares optativos, estes visam fornecer subsídios complementares à formação acadêmica do aluno. Sua previsão nas estruturas curriculares busca garantir uma margem mais ampla de escolha do aluno quanto aos conhecimentos, competências e habilidades que deseja construir em seu processo de formação, com a necessária orientação dos Colegiados de Cursos.

Portanto, a flexibilidade curricular permite que a Instituição acompanhe de perto as reais demandas do mercado e da sociedade, estruturando planos de curso vinculados à realidade do mundo do trabalho e, assim, alcançando um adequado perfil profissional de conclusão. Por outro lado, a flexibilidade garante oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória autônoma. Nesse sentido, as Atividades Complementares, previstas para os cursos de graduação, além de constituírem importantes mecanismos de introduzir a flexibilidade também proporcionam oportunidades.

7.4.4 Desenvolvimento/utilização de material didático pedagógico

Os materiais pedagógicos utilizados na Instituição são desenvolvidos/escolhidos pelos

professores dos cursos, de acordo com a natureza dos componentes curriculares ministrados, dentro de especificações e padrões definidos pelas Coordenações de Cursos e aprovados pelos Colegiados de Cursos. Os discentes podem eventualmente colaborar no desenvolvimento deste material.

O Instituto Federal do Pará fomenta o desenvolvimento de novos materiais didáticos para os cursos que são oferecidos. Tal iniciativa tem fundamento na lacuna entre o tradicional processo de produção de material didático e as exigências inovadoras dos cursos.

7.4.5 Sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade da Educação à Distância;

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade educativa que enfatiza a autonomia e autoaprendizagem do estudante, com mediação docente/tutorial, utilizando-se de recursos didáticos sistematicamente organizados e baseados em diferentes tecnologias de informação e comunicação. Apresenta-se como importante alternativa para a expansão e a interiorização dos serviços educacionais oferecidos pelo IFPA, especialmente devido às características socioeconômicas e geográficas regionais, que impõem uma série de desafios para o acesso de grande parcela da população paraense à educação.

Desde 2008, o IFPA tem atuado na modalidade de EaD ofertando cursos superiores, fomentados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), e cursos técnicos, subsidiados pela Rede e-Tec Brasil. As experiências vividas, ao longo desses anos, proporcionaram aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e competências, referentes à EaD, no que diz respeito tanto à gestão quanto às questões pedagógicas.

Institucionalizar a EaD no IFPA, portanto, significa dar continuidade a essa modalidade de ensino por meio de recursos próprios (material, financeiro e pessoal), ainda que programas de fomento subsidiem as atividades acadêmicas. A institucionalização da EaD no IFPA se dá por meio da Resolução nº 046/2013-CONSUP, na qual apresenta-se uma proposta de modelo de gestão, sistêmico e semicentralizado, a partir da criação e da implantação do Campus de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (CTEAD) e dos Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEAD). O CTEAD é gerido por um Coordenador Geral e vinculado à Pró-reitoria de Ensino e terá papel estratégico no suporte necessário a políticas, metodologias, normatizações, diretrizes e produção de material didático, para que cursos na modalidade EaD sejam executados satisfatoriamente.

7.4.6 Programas de monitoria

O IFPA Campus Cametá tem como objetivo, despertar vocações para o magistério e para as

atividades auxiliares de ensino, de pesquisa, de extensão e da administração educacional, para tanto pretende implantar um sistema de monitoria, regulado pelo CONSUP e aprovado Conselho Diretorio Campus e dos colegiados dos cursos. Neste programa, o quadro de monitores, sugerido pelas Coordenações de Cursos, não implica em vínculo empregatício, sendo exercida a monitoria sob a orientação dos professores e coordenadores de cursos ou setores acadêmicos e produção.

7.4.7 Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu

O contexto de crescente inovação tecnológica e a rapidez das informações numa economia globalizada altamente competitiva impõe uma permanente atualização e uma qualificação profissional múltipla, mas necessariamente especializada. A pós-graduação surge nesse cenário, como a ferramenta capaz de prover o diferencial necessário ao profissional, não apenas para seu ingresso no mercado de trabalho, mas para sua permanência e crescimento. Os cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, no IFPA Campus Cametá serão implementados, após ou concomitante com a consolidação dos cursos superiores de Tecnologia, na tentativa de atender a demanda por qualificação em nível de pós-graduação já existente ou que irão surgir, com os egressos do Campus e de outras instituições de ensino superior, de acordo com o princípio da verticalização do ensino da Rede Federal. Dessa forma o IFPA campus Cametá, procura por meio de programa, projetos e parcerias implantar a infraestrutura necessária para atender os padrões de qualidade exigidos pela CAPES e CNPQ.

A política de pós-graduação é um exercício de construção de parâmetros que balizem a atuação do IFPA na microrregião de Cametá, de forma mais eficiente, para atingir seus objetivos e metas no campo da pós-graduação, pesquisa e extensão, consoante diretrizes que buscam fornecer respostas aos desafios impostos no cumprimento de sua missão. Dentro desta perspectiva, entende-se que essas atividades de pós-graduação, investigação científica e extensão não podem estar dissociadas, mas caminham juntas e integradas num sistema de interação e complementariedade constante e sistemático. A Política de Pós-Graduação do campus será baseada nos seguintes princípios:

- Estar sintonizada com o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Formar recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendocomo base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- Formar profissionais para a pesquisa aplicada, para a inovação tecnológica, para a transferência de tecnologia para a sociedade e o exercício profissional

especializadoem estreita observação das demandas dos APL e setores produtivos regionais;

- Criar programas de pós-graduação qualificados e mantendo a sua constante evolução;
- Intensificar ações que visem à integração entre a graduação e a pós-graduação;
- Criar programa de avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos de pós-graduação e a sociedade;
- Desenvolver projetos institucionais e/ou interinstitucionais que levem à implantaçãode cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular os adequados às necessidadesda região e os que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento;
- Criar cursos de pós-graduação *lato sensu*, em particular os adequados às necessidadesda região e os que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento, comoforma de promover a educação continuada e impulsionar o surgimento de cursos depós-graduação *stricto sensu*;
- Estabelecer parcerias com entidades públicas e/ou privadas para o atendimento dedemandas localizadas e específicas.

Nesse contexto e, em linhas gerais, o desenvolvimento de um programa no campo da pós-graduação, investigação e extensão, se constitui como um elo entre o ensino, a iniciação científica e a sociedade, tendo como referência a inovação, a transformação e a excelência, norteia-se por dois grandes eixos de atuação:

- a) Agregar conhecimentos que possam contribuir para a melhoria do ensino de graduação por meio do(a): desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem e da ampla; articulação didático- científica com retorno para o aperfeiçoamento e atualização das matrizes curriculares dos cursos de graduação; desenvolvimento de investigação aplicada, ampliando o domínio das áreas de conhecimento a que estão afetas; integração dos alunos de graduação em programas de iniciação à investigação científica buscando despertar vocações e incentivar, entre os estudantes de graduação, talentos potenciais para investigação científica e, em consequência, para a produção científica e para o ensino.
- b) Promover a integração da instituição com a comunidade local, numa articulação

entre o tecido produtivo e o tecido social, de modo competitivo, mas também, cooperativo, por meio do(a): formação de profissionais qualificados para a docência, investigação e atuação; no mercado de trabalho, fomentando cursos de pós-graduação; promoção e desenvolvimento de parcerias, intercâmbios e outras formas de associação com outras instituições acadêmicas, setor empresarial, setor público e terceiro setor; busca de alternativas para programas de iniciação científica e pós-graduação, identificando áreas de interesse e vocação institucional para criar linhas de investigação científica coerente e articuladas; criação de programas de extensão que possibilitem a inserção dos alunos em projetos sociais que estimulem a responsabilidade da participação cidadã.

Ainda como diretriz de ação nesse campo, propõe-se que o modelo tradicional de educação pós-graduada, que privilegia apenas atividades acadêmicas voltadas para a docência e a investigação, esteja associada a uma estrutura mais flexível, com a criação de cursos profissionalizantes, que atendam a demanda do mercado por profissionais mais preparados para lidar com novos cenários políticos, econômicos, sociais, com novas técnicas e novos desafios.

7.5 Políticas de Extensão

A extensão é definida como uma atividade que visa promover a articulação entre a Instituição e a sociedade, permitindo, de um lado, a transferência para sociedade dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e pesquisa, assim como, a captação das demandas e necessidades da sociedade, pela Instituição, permitindo orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. A política de extensão do IFPA Campus Cametá está pautada nas seguintes diretrizes, de acordo com o PDI do IFPA:

- **Interdisciplinaridade:** as ações de Extensão propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, a integração de áreas distintas do conhecimento e a possibilidade de construção de uma nova forma de fazer ciência.
- **Articulação entre as atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa:** o princípio da interdisciplinaridade caminha para a perspectiva da interlocução e integração das atividades de ensino, pesquisa e Extensão no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, numa relação em que alunos e professores se constituem em sujeitos do ato de aprender. Por outro lado, a extensão possibilita a democratização do saber científico e tecnológico, num

movimento de mão dupla de difusão do que é produzido sistematicamente e a sua retomada por meio da ressignificação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais. Essa relação entre pesquisa, o ensino, a produção de conhecimentos e a extensão é dinâmica e contribui para a transformação da sociedade num processo de incorporação de novos modos de vida e de uso de tecnologias, capazes de operacionalizar efetivamente a relação entre teoria e prática.

- **Relação dialógica entre o Instituto e a sociedade:** a interação entre teoria e prática potencializa a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Essa interação abre canais para a produção de novos conhecimentos resultantes do encontro do Instituto com o cotidiano das comunidades e pela efetiva participação dos setores sociais no reconhecimento e na compreensão do desafio da produção acadêmica.
- **Relação social de impacto:** as atividades de extensão conferem relevância às ações voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada aos movimentos de superação de desigualdades e de exclusão social. Nesse contexto, busca-se articular programas capazes de focalizar o desenvolvimento regional e o fortalecimento de políticas públicas de amplo espectro. Dessa forma, as ações são realizadas em conjunto com a sociedade, rejeitando uma prática assistencialista em que as ações são ofertadas às pessoas, sem uma análise efetiva de suas demandas e necessidades.
- **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre o Instituto e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão frente à complexidade e a diversidade da realidade, sendo necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

Os cursos de extensão que são ofertados à comunidade, configuram-se como oferta complementar aos níveis de formação escolar médio, superior e à pós-graduação, oferecendo oportunidades de atualização, aprimoramento e outros estímulos à educação continuada. Destinam-se a difundir conhecimentos e novas técnicas, atentos à qualidade e ao aumento da eficiência do que esteja sendo requerido e oferecido.

A extensão é entendida como um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza uma relação transformadora entre a instituição de ensino e a sociedade. As atividades de extensão se caracterizam pela viabilização prática e compartilhamento com a comunidade do conhecimento sistematizado pelo saber humano e daquele produzido nas instituições ensino, pesquisa e inovação, como é o caso do IFPA.

7.6 Políticas de Pesquisa

A pesquisa constitui-se como um dos pilares da formação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, a qual, por premissa, visa produzir conhecimentos nas diversas áreas e em sintonia com as demandas do desenvolvimento local, regional e nacional, de modo a atender aos interesses da sociedade e contribuir para uma formação humana e cidadã dos trabalhadores brasileiros, assegurando-lhes uma permanente atualização ante os avanços e desafios sociais e tecnológicos.

Dessa forma, no campus de Cametá se considera que a pesquisa deve ser fruto da articulação dos saberes existentes com as necessidades dos indivíduos e da sociedade, afinal ciência e tecnologia são produções humanas marcadas por escolhas políticas e culturais. Por isso, a pesquisa vai além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação. Ela tem como premissa a busca de respostas às necessidades que emergem na articulação entre os currículos desenvolvidos pela instituição educativa e os anseios da comunidade.

Na instituição, a pesquisa é realizada pelo corpo docente, discente (em todos os níveis e modalidades) e técnico-administrativo, no sentido de buscar reinterpretar e geração de novos patamares de entendimento dos fenômenos estudados, tendo em vista a produção do conhecimento científico e desenvolvimento de técnicas e tecnologias que perpassem pela autoria local.

Neste sentido, o IFPA Campus Cametá desenvolve sua política de pesquisa associada às atividades de ensino e de extensão, com foco na relevância social e no desenvolvimento tecnológico e científico do Pará e da Amazônia.

Tal enfoque propicia que as atividades de iniciação científica estejam voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Instituição está inserida, alinhadas a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do desenvolvimento sustentável, a promoção da qualidade de vida das populações, povos e comunidades da Amazônia por meio do acesso e produção artística, cultural científica e tecnológica.

Dessa forma, as atividades de pesquisa e difusão de conhecimento, continuamente perpassa por um viés social, almejando oferecer respostas às questões científicas e atender, por meio de

proposições tecnológicas, às necessidades da sociedade e dos setores produtivos.

Nessa perspectiva, a iniciação científica é entendida como um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a extensão de forma indissociável. Portanto, a política de pesquisa ou iniciação científica e tecnológica do campus de Cametá terá os seguintes objetivos:

- Reafirmar a investigação como processo acadêmico definido e concretizado de sorte complementar a formação do aluno, a estimular a qualificação dos professores e Técnicos Administrativos, e a desenvolver o intercâmbio com a sociedade;
- Priorizar os projetos voltados a questões relacionadas ao contexto regional e às demandas da sociedade;
- Valorizar os projetos interinstitucionais sob a forma de parcerias e as atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Possibilitar novos meios e processos de transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica;
- Estimular a disseminação de conhecimentos, organizando e publicando as produções intelectuais de professores, técnicos administrativos e alunos, mediante trabalhos, compêndios, anais, monografias e livros;
- Promover congressos, simpósios, seminários ou encontros para estudos e debates de temas ou de áreas específicas, bem como a participação em iniciativas semelhantes.

7.7 Políticas de Gestão

7.7.1 Política de formação e capacitação docente

O IFPA Campus Cametá buscará mecanismos para a promoção da capacitação de docentes integrantes de seu quadro funcional e de recém-formados para posterior absorção, por meio de parcerias, promoção e participação nas seguintes modalidades de aperfeiçoamento acadêmico profissional:

- Cursos de aperfeiçoamento e especialização;
- Cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo mestrado e doutorado;
- Programas de pós-doutorado;
- Outras formas de qualificação docente, não enquadradas nas categorias anteriores.

A participação que trata a política de capacitação Docente, será estruturada em Programa De

capacitação à Docência do Campus, que será organizado por Comissão específica, de acordo com o que está preconizado a legislação vigente e o PDI. Nota-se que essa Capacitação, que trata a política, poderá ser por meio de afastamento integral ou parcial do docente, no que se refere às suas obrigações. Vale ressaltar que esse afastamento pode ser remunerado, desde que atenda os critérios e limites definidos pelo IFPA, considerando a necessidade da Instituição e condições para isso.

A criação de Comissão para tratar Política de Capacitação Docente, terá como objetivo a promoção os programas de capacitação necessários ao desenvolvimento do IFPA campus Cametá, inclusive com a implantação através de edital do tema de forma anual e contínua, contemplando como parceiros, a reitoria, outros Campus, e outras instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão.

As capacitações serão fundamentadas no Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990 Para os gestores, os compromissos diante dos programas de capacitação e qualificação dos docentes, justificado pela melhoria dos serviços prestados a comunidade, no âmbito do ensino, pesquisa e/ou extensão, será em:

- Promover e apoiar a realização de ações para a multiplicação dos conhecimentos trabalhados na capacitação e/ou qualificação;
- Propor atualização dos planos de capacitação e qualificação locais em consonância com as trilhas e os programas de aprendizagem de formação inicial e continuada dos servidores em sua área de gestão;
- Realizar dotação orçamentária de diárias e passagens a cada exercício de gestão específica para o objeto de capacitação e qualificação dos servidores lotados em sua unidade.

7.7.1.1 Participação em eventos científicos, técnicos e culturais

A Instituição oferecerá apoio para a participação de docente em eventos como congressos, encontros, seminários etc. Para tanto, divulgará agenda de eventos relacionados às áreas dos cursos implantados e oferece auxílio financeiro docentes que participarem na condição de expositor. Além disso, o IFPA campus Cametá realiza regularmente atividades dessa natureza envolvendo toda a comunidade interna e membros da comunidade externa. Além disso, apoiará a divulgação de trabalhos de autoria dos professores.

7.7.1.2 Qualificação acadêmica e a devida divulgação das ações com os docentes

Os cursos de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, no IFPA campus Cametá serão

implementados após a consolidação dos cursos superiores de Tecnologia.

7.7.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

7.7.2.1 Participação em eventos científicos, técnicos e culturais

A Instituição oferecerá apoio para a participação dos Técnicos administrativo em eventos como congressos, encontros, seminários etc. Para tanto, divulgará agenda de eventos relacionados às áreas dos cursos implantados e oferece auxílio financeiro aos técnicos administrativos que participarem na condição de expositor. Além disso, o IFPA campus Cametá realiza regularmente atividades dessa natureza envolvendo toda a comunidade interna e membros da comunidade externa. Além disso, apoiará a divulgação de trabalhos de autoria dos técnicos administrativos.

7.7.2.2 Qualificação acadêmica e a devida divulgação das ações com os técnicos administrativos

Os técnicos administrativos participarão de ações de capacitação conjuntas com o corpo docente, dentre as quais se destacam programas de capacitação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, além de projetos de pesquisa, extensão e Cultura. Estas atividades contribuem, sobremaneira, para a integração de professores e funcionários e para fortalecer um clima organizacional harmônico e solidário. Assim como os docentes, técnicos administrativos participam de oportunidades que contribuem para o desenvolvimento pessoal e profissional como o Programa de Desenvolvimento Profissional e Qualidade de Vida, a ser implantado. No âmbito do IFPA campus Cametá, os cursos de Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*, serão implementados após a consolidação dos cursos superiores de Tecnologia.

Na perspectiva da efetiva inclusão e condições de acesso da pessoa com deficiência e/ou com mobilidade reduzida no IFPA campus Cametá, no corpo funcional, a Coordenação Geral de Recursos Humanos, acompanha os funcionários com deficiência, tanto na contratação como nos postos de trabalho, com avaliações periódicas na dimensão de Acessibilidade Universal. Através do Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho realiza as adaptações físicas necessárias nos espaços laborais. Essas ações estão descritas no Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência.

O Plano de Carreira vislumbra as atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências para cada cargo:

- Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico administrativo ao ensino;

- Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;
- Executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

7.7.2.3 Política de Capacitação e Qualificação dos Técnicos Administrativos

Considerando a necessidade premente na capacitação dos servidores do IFPA, foi criada a CGTD com objetivo de promover os programas de capacitação necessários ao desenvolvimento dos servidores do quadro do IFPA, inclusive com a implantação através de edital do tema de forma anual e contínua, contemplando como parceiros a ESAF, ENAP e empresas de consultoria renomadas como a TREIDE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

Quanto à qualificação (em nível de pós-graduação) dos docentes e técnicos as ações serão ampliadas com a PROPPG para melhor alinhamento das ações de acordo com cada carreira. As capacitações serão fundamentadas no Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Os principais compromissos dos gestores diante dos programas de capacitação e qualificação e a partir da conclusão do período formativo de cada servidor para melhoria dos processos locais de atuação:

Promover e apoiar a realização de ações para a multiplicação dos conhecimentos trabalhados na capacitação e/ou qualificação;

- Propor atualização dos planos de capacitação e qualificação locais em consonância com as trilhas e os programas de aprendizagem de formação inicial e continuada dos servidores em sua área de gestão;
- Realizar dotação orçamentária de diárias e passagens a cada exercício de gestão específica para o objeto de capacitação e qualificação dos servidores lotados em sua unidade;
- Os principais compromissos dos servidores diante dos programas de capacitação e qualificação e a partir da conclusão do seu período formativo para melhoria dos processos locais de atuação;

- Realizar multiplicação dos conhecimentos trabalhados na capacitação;
- Indicar aos Gestores a necessidade de capacitação/qualificação em sua área de atuação que subsidie as propostas de atualização dos planos de capacitação e qualificação locais em consonância como as trilhas e os programas de aprendizagem de formação inicial e continuada dos servidores em sua área de gestão;
- Indicar nos planos de trabalho anuais setoriais a dotação orçamentária de diárias e passagens a cada exercício de gestão específica para o objeto de capacitação e qualificação dos servidores lotados em sua unidade.

7.8 Responsabilidade Social do IFPA

Os processos de liberalização da economia podem ser identificados, dentre outros, pela abertura comercial e financeira, desregulamentação da economia, privatização das empresas estatais etc. e de incorporação de padrões tecnológicos e de gestão internacionalmente consolidados em curso na sociedade brasileira desde a década de 1990, os quais têm acarretado o aprofundamento das desigualdades sociais, em especial na forma de maior concentração de riqueza e de informação/conhecimento nos seus segmentos sociais superiores e de maior heterogeneidade e instabilidade dos níveis de empregabilidade e remuneração nos seus segmentos sociais inferiores.

Nesse contexto, tem sido realçada uma nova relação com o conhecimento, principalmente no que diz respeito aos avanços no campo das tecnologias da informação e das comunicações, o que agrega novos elementos às desigualdades sociais.

Esses processos e seus desdobramentos refletem em termos de queda nos níveis de vida dos grandes contingentes populacionais, o que demanda a adoção de políticas de inclusão social orientadas para amplos setores da sociedade. Também refletem no universo da formação profissional, na medida em que houve aprofundamento da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho e expressivo aumento no nível de exigência desse mercado em função das novas tecnologias e dos novos métodos de gestão de produção e de pessoal.

Neste cenário, deve-se compreender como responsabilidade social do IFPA a atuação em prol da inclusão social, do desenvolvimento social e econômico justo e da defesa e da preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Essa responsabilidade social deve envolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão no relacionamento com as comunidades internas e externas.

Portanto, a responsabilidade social do IFPA campus Cametá deve envolver políticas,

programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para a oferta de educação profissional e tecnológica nos diversos níveis e modalidades, observando as demandas do contexto em que a instituição se faz presente. Trata-se, pois, de um processo de inserção regional, necessariamente apoiado em metodologias e projetos que sejam capazes de apreender o quadro de complexidade presente nos diversos níveis de territorialidade que circundam o campus.

Dessa feita, os compromissos sociais assumidos pelo IFPA campus Cametá dizem respeito ao desenvolvimento de alternativas e difusão de saberes e tecnologias que contemplem demandas sociais e produtivas para a criação de condições favoráveis para o exercício pleno da cidadania, atendimento às demandas de comunidades carentes, à geração de trabalho e renda aos trabalhadores urbanos e rurais, para a preservação e educação ambiental e para a preservação e desenvolvimento do patrimônio artístico e cultural da sociedade.

8 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

8.1 Descrição da situação atual

No quadro 1 abaixo constam o número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula dos cursos em funcionamento no Campus durante o ano de 2018. Já o quadro 2 apresenta a previsão de expansão dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação).

Quadro 6 - Cursos em funcionamento no ano de 2018.

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno de funcionamento	Regime de matrícula	Situação em 2018		
						Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas
Médio	Técnico em recursos pesqueiros	Presencial	Subsequente	Diurno e Noturno	Semestral	40	1	40
Médio	Técnico em agropecuária	Presencial	Subsequente	Diurno e Noturno	Semestral	40	2	80
Médio	Técnico em secretaria escolar	EaD	Subsequente	Não se aplica	Semestral	-	-	-
Médio	Técnico em informática	Presencial	Subsequente	Diurno e Noturno	Semestral	40	2	80
Médio	Técnico em informática	Presencial	Integrado	Diurno	Anual	40	1	40
Médio	Técnico informática para internet	EaD	Concomitante	Não se aplica	Anual	50	1	50
FIC	Agricultor familiar	Presencial	Concomitante	Diurno e Noturno	Semestral	20	2	40
FIC	Operador de beneficiamento de pescado	Presencial	Concomitante	Diurno e Noturno	Semestral	20	1	20
FIC	Montagem e manutenção de computadores	Presencial	Concomitante	Diurno e Noturno	Semestral	60	1	60
FIC	Piscicultor	Presencial	Concomitante	Diurno e Noturno	Semestral	40	1	40
FIC	Criador de peixes ornamentais	Presencial	Concomitante	Diurno e Noturno	Semestral	30	1	30
FIC	Operador de microcomputador	Presencial	Concomitante	Diurno e Noturno	Semestral	30	1	30

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno de funcionamento	Regime de matrícula	Situação em 2018		
						Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas
FIC	Agroecologia	Presencial	Concomitante	Diurno e Noturno	Semestral	40	1	40
Especialização	Agroecologia	Presencial	Pós-graduação	Noturno	Anual	30	1	30
Especialização	Informática educativa	Presencial	Pós-graduação	Noturno	anual	30	2	60

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Quadro 7 - Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno	2019			2020			2021			2022			2023			Total de vagas de 2019 a 2023
					Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	
Médio	Agropecuária	Presencial	Integrado	M/T	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	160
Médio	Informática	Presencial	Integrado	M/T	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	2	80	40	2	80	280
Médio	Floresta	Presencial	Integrado	M/T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Médio	Recursos Pesqueiros	Presencial	Integrado	M/T	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	2	80	40	2	80	240
Médio	Agropecuária	Presencial	Integrado (EJA-EPT)	M/T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Médio	Agropecuária	Presencial	Subsequente	M/T	40	2	80	40	1	40	40	1	40	0	0	0	40	1	40	200
Médio	Floresta	Presencial	Subsequente	M/T	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	0	0	0	120
Médio	Manutenção e Suporte de Informática	Presencial	Subsequente	M/T/N	0	0	0	40	1	40	0	0	0	40	1	40	0	0	0	80
Médio	Recursos Pesqueiros	Presencial	Subsequente	M/T	40	1	40	40	1	40	40	1	40	0	0	0	40	1	40	160
Médio	Informática para Internet	EaD	Subsequente	-	0	0	0	0	0	0	40	1	40	0	0	0	40	1	40	80
Graduação	Informática	Presencial	Licenciatura	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Graduação	Pedagogia do Campo, das águas e das florestas	Presencial	Licenciatura	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Graduação	Agroecologia	Presencial	Tecnologia	M/T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno	2019			2020			2021			2022			2023			Total de vagas de 2019 a 2023
					Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas/turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	
Graduação	Análise Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	Tecnologia	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Pós-graduação	Agroecologia	Presencial	Especialização	N	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	150
Pós-graduação	Docência para o Ensino Científico, Profissional e Tecnológico	Presencial	Especialização	N	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	150
Pós-graduação	InformáticaEducativa	Presencial	Especialização	N	30	2	60	30	2	60	30	2	60	30	2	60	30	2	60	300
Pós-graduação	Mestrado em Gestãoem Agroecologia	Presencial	Mestrado	M/T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	1	20	20	1	20	40
FIC	Montador e reparador	Presencial	EJA EPT	N	0	0	0	0	0	0	30	1	30	30	1	30	30	1	30	90
FIC	Agricultor familiar	Presencial	EJA EPT	M/T/N	0	0	0	0	0	0	30	1	30	0	0	0	0	0	0	30
FIC	Agroecologia	Presencial	EJA EPT	M/T/N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	1	30	0	0	0	30
FIC	Psicultura	Presencial	EJA EPT	M/T/N	0	0	0	0	0	0	30	1	30	0	0	0	30	1	30	60

Fonte: Elaborado pelos autores com base no quadro constante no PDI 2019-2023 do IFPA.

9 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Neste capítulo, são apresentados a composição, plano de carreira, critérios de seleção e contratação e cronograma e plano de expansão do corpo docente do campus Cametá, com base no PDI 2019–2023 do IFPA.

9.1 Composição

Para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, o IFPA, Campus Cametá, possui em seu quadro docente 37 docentes efetivos, dos quais 05 são doutores, 22 são mestres, 09 são especialistas e 01 é graduado. A instituição destaca-se na região, com a mesma qualidade de outras instituições federais do país, pela qualificação acadêmica de seus docentes que possuem Dedicção Exclusiva (DE).

O quadro abaixo, apresenta o quadro atual de docentes:

Quadro 8 - Área docente/Titulação/Atuação/Experiência

Nome do servidor	Área Docente	Titulação	Atuação no Ensino Técnico do Campus			Experiência Acadêmica			
			Subsequente	Integrado	FIC	Ensino Superior	Pesquisa	Extensão	Gestão
Adalberto Cavalcante de Melo	Informática	Mestrado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Aldrin Mario da Silva Benjamin	Agronomia	Doutorado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Benedito de Souza Ribeiro Neto	Informática	Mestrado	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Benedito Junior Correa Tourão	Matemática	Especialização	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Bruno Andrade da Silva	Informática	Mestrado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Diego Coelho Leite	Química	Mestrado	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Edson Costa Cruz	Matemática	Mestrado	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Eguinaldo dos Santos Guimaraes	Agroecologia	Especialização	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Elizete Neres Monteiro	Biologia	Especialização	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM
Erick Gilvani Rodrigues Vasconcelos	Biologia	Mestrado	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Fagner Freires de Sousa	Tecnologia de Alimentos	Mestrado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Fernando Roberto Jaime Alves	Geografia	Mestrado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Francisco Eudes do Nascimento Pereira	Educação Física	Especialização	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Nome do servidor	Área Docente	Titulação	Atuação no Ensino Técnico do Campus			Experiência Acadêmica			
			Subsequente	Integrado	FIC	Ensino Superior	Pesquisa	Extensão	Gestão
Gilson de Oliveira MoresJunior	Letras – Português/Inglês	Especialização	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Gledson Gomes da Costa	Física	Mestrado	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Jean Louchard Ferreira Soares	Engenharia de Pesca	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
João Vitor Rodrigues Alencar	Filosofia	Graduação	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Jocelma Boto Silva	Letras - Português	Mestrado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Jonatas Monteiro GuimarãesCruz	Engenharia Agrícola	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
José Wilson Gomes dos Santos	Agronomia	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Josias de Souza Sales	História	Doutorado	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Laís Conceição Tavares	Química	Doutorado	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Lucas Hordones Chaves	Engenharia Agrícola	Doutorado	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Luis Carlos Nunes Carvalho	Engenharia Agrícola	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Mairo Candido Rodrigues	Educação do Campo	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Marcus Vinicius Brito da Silva	Informática	Mestrado	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Maria Eduarda Garcia deSousa Pereira	Engenharia de Pesca	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Nome do servidor	Área Docente	Titulação	Atuação no Ensino Técnico do Campus			Experiência Acadêmica			
			Subsequente	Integrado	FIC	Ensino Superior	Pesquisa	Extensão	Gestão
Mauro de Jesus Pereira	Informática	Especialização	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Regiane Farias Neves	Letras – Português/Inglês	Mestrado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Regina Mares de SouzaOliveira	Informática	Especialização	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Rosana Teixeira de Jesus	Engenharia Florestal	Mestrado	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Silvana Benassuly Maues deMedeiros	Engenharia Florestal	Especialização	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Simone Aparecida AlmeidaAraújo	Medicina Veterinária	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Stefane Cristine Luz FreireSilva	Artes	Especialização	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Tamires da Silva Magalhães	Zootecnia	Doutorado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Valfredo Almeida Chaves	Agronomia	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Welma Cristina Barbosa Mafra	Pedagogia	Mestrado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Zaine Guedes Costa	Letras – Português/Espanhol	Mestrado	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO

Fonte: CGP - Campus Cametá, 2021.

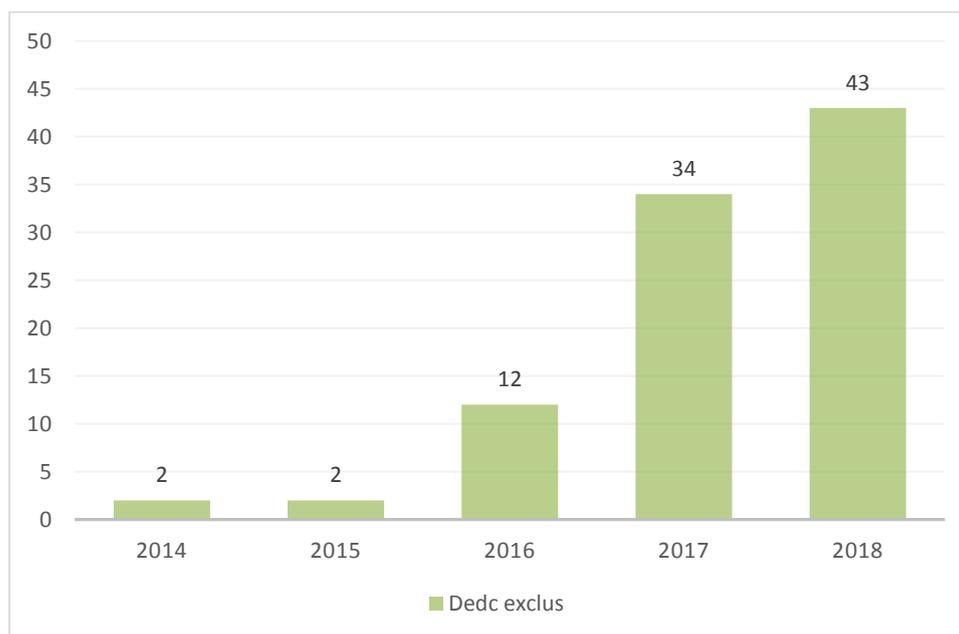
Regidos pelo Regime Jurídico Único, admitidos na forma da lei por meio de concurso público, o corpo docente do IFPA, Campus Cametá, é constituído por professores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFPA. O quadro abaixo apresenta a evolução do corpo docente nos cinco anos de vigência do PDC anterior.,

Quadro 9 - Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
20h	0	0	0	0	0
40h	0	0	0	0	0
Dedicação Exclusiva (DE)	2	2	12	34	43

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Figura 3 - Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.



O quadro abaixo apresenta o quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018, dando dimensão do crescimento acadêmico-profissional dos docentes do campus, comparado ao primeiro PDC do campus que trazia apenas 06 profissionais.

Quadro 10 - Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.

Regime de Trabalho	Ensino Superior	Especialização / Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado
20h	0	0	0	0
40h	0	0	0	0
DE	2	12	25	4
Total	2	12	25	4

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Como a construção do prédio definitivo do IFPA Campus Cametá, não foi concluída conforme primeiro cronograma estabelecido à época de execução da obra, final do ano de 2016, a evolução do corpo docente não pode acompanhar o planejamento do PDC (2014-2018) construído para o período. Desse modo, este documento apresenta à frente nova projeção, levando em consideração a entrega do novo campus e com isso a implantação de novos cursos e expansão dos oferecidos atualmente.

9.2 Plano de carreira

O Plano de Carreiras dos docentes do IFPA, os critérios de seleção e contratação e os procedimentos para substituição estão descritos no PDI 2019-2021².

O PDI do IFPA anterior detectou a necessidade imprescindível de capacitação dos servidores e para isso, criou a Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação (CDA) e junto com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) foram realizadas parcerias e elaborados planos anuais de capacitações que atenderam, em parte, os servidores.

Desse modo, com o intuito de otimizar os recursos financeiros, visando a atingir o maior número de servidores capacitados e qualificados, a proposta para o novo PDI do IFPA é criar um programa de qualificação e Valorização dos Servidores, em que a CDA/DGP, juntamente com a PROEN e PROPPG, consolidará as demandas de todo o IFPA para assim propor ações de capacitação e qualificação necessárias para o desenvolvimento profissional.

As capacitações e qualificações serão fundamentadas no Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta.

² Disponível em: <https://transparencia.ifpa.edu.br/arquivos/planejamento/41-pdi-2019-2023-revisado-em-2020- aprovado-em-2021-res-ifpa-consup-n-264-2021> autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990, Resoluções do CONSUP/IFPA e nos planos de qualificação da Reitoria e dos Campi.

A tabela abaixo apresenta o plano previsto para evolução de capacitação do corpo docente para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Tabela 1 - Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Percentual de docentes capacitados	13	19	15	16	18

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Assim, a projeção da qualificação docente faz-se a partir do que propõe o PDI (2019-2023), com seu planejamento e ações voltadas para a qualificação docente, conforme demonstram os quadros que seguem.

9.3 Cronograma e plano de expansão do corpo docente

O cronograma e plano de expansão do corpo docente foi estatuído de forma participativa e democrática nos 18 Campi e consolidado pela DGP na Reitoria do IFPA, atendendo o respectivo padrão de dimensionamento, normas e parâmetros obedecendo ao disposto na Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016/MEC.

O plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho para os próximos cinco anos de vigência do PDC 2019-2023 do campus Cametá, é apresentado no quadro 7. Nele é possível verificar como se dará a contratação, através de concurso público, anualmente, até que se chegue ao limite estabelecido para o funcionamento dos cursos no campus, nos próximos anos.

Tabela 2 - Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
20h	-	-	-	-	-
40h	-	-	-	-	-
DE	45	65	50	45 ³	50 ⁴
Total	45	65	50	45⁵	50⁶

³ Alterado na revisão 1.3 do PDC para atender a atualização do PDI aprovada pela Resolução nº 675/2022/CONSUP.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

O plano de qualificação docente prevê a formação docente conforme os níveis da pós-graduação estabelecidos e a demanda disposta no campus Cametá. O quadro 8 apresenta o plano de evolução de qualificação do corpo docente para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Tabela 3 - Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Qualificação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Graduação	4	7	4	4	3
Especialização	13	18	11	14	17
Mestrado	25	35	28	29	31
Doutorado	3	5	7	8	9
Total	45	65	50	55	60

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

As projeções estabelecidas nas tabelas acima especificam que a partir de 2022, com o campus Cametá construído, seus cursos criados e em funcionamento, todos os 70 docentes já estejam devidamente contratados através de concurso público. Essa quantidade de docentes atenderá aos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos integrados, subsequentes, cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, além de cursos de pós-graduação, conforme estabelece o PDI (2019-2023) e este documento.

10 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

10.1 Composição

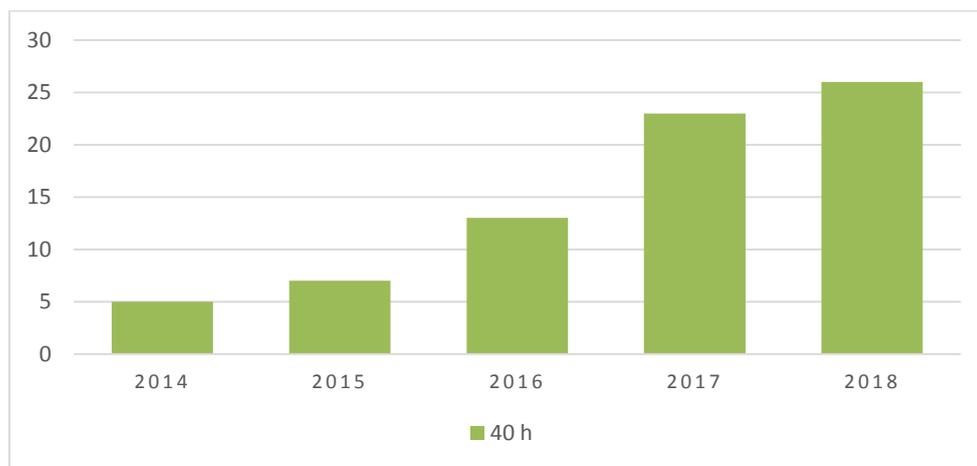
O quadro abaixo apresenta a evolução do corpo técnico administrativo por regime de trabalho nos últimos cinco anos.

Tabela 4 - Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
40h	5	7	13	23	26

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Figura 4 - Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.



Fonte: DGP (2019)

O quadro abaixo apresenta o quantitativo do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Quadro 11 - Quantitativo do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Nível de Classificação	Ensino Médio	Graduação	Especialização / Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado	Total
A	0	0	0	0	0	0
B	0	0	0	0	0	0
C	1	5	3	0	0	9
D	4	2	2	1	0	9
E	0	2	3	3	0	8
Total	5	9	8	4	0	26

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo e percentual do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Quadro 12 - Quantitativo e percentual do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Nível de Classificação	Quantitativo	Percentual
Classe A	0	-
Classe B	0	-
Classe C	9	35%
Classe D	9	35%
Classe E	8	30%
Total	26	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

10.2 Plano de carreira

O Plano de Carreira dos servidores administrativos do IFPA, os critérios de seleção e contratação e os formas de progressão funcional estão descritos no PDI 2019-2021, disponível no endereço: <https://transparencia.ifpa.edu.br/arquivos/planejamento/41-pdi-2019-2023-revisado-em-2020-aprovado-em-2021-res-ifpa-consup-n-264-2021>.

10.3 Formas de Desenvolvimento

As capacitações e qualificações serão fundamentadas no Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Resoluções do CONSUP/IFPA e nos planos de desenvolvimento de pessoas do IFPA. A Tabela 9 apresenta o plano previsto para evolução de capacitação do corpo técnico administrativo em educação para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Tabela 5 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade de TAE capacitados	5	6	4	5	5

Fonte: IFPA, 2020 (PDI 2019-2023).

10.4 Critério de seleção e contratação

O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas no Anexo II da Lei nº 11.091/2005, alterada pela Lei nº 11.784/2008.

O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreira é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições da Lei nº 11.091/2005.

Ressalta-se a inovação trazida pela Lei nº 13.530/2017 que acrescentou à Lei nº 8.745/1993 a possibilidade de contratação de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do MEC.

10.5 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo

O quadro abaixo apresenta a programação anual de expansão do corpo técnico administrativo:

Tabela 6 - Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Regime de trabalho	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
20h	-	-	-	-	-	-
25h	-	-	-	-	-	-
30h	-	-	-	-	-	-
40h	26	35	43	28	28 ⁷	33 ⁸
Total	26	35	43	28	28⁹	33¹⁰

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

⁷ Alterado na revisão 1.3 do PDC para atender a atualização do PDI aprovada pela Resolução nº 675/2022/CONSUP.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

O quadro abaixo apresenta o Plano de oferta de cursos de qualificação para o corpo técnico-administrativo.

Tabela 7 - Plano de evolução da qualificação do corpo técnico administrativo na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Qualificação	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
Ensino Médio	3	6	7	3	2	2
Ensino Médio Técnico	2	0	0	1	0	0
Graduação	9	6	8	7	9	11
Especialização	8	18	22	10	13	14
Mestrado	4	4	5	6	6	7
Doutorado	0	1	1	1	1	1
Total	26	35	43	28	31	35

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

11 INFRAESTRUTURA

Neste capítulo, será apresentada a infraestrutura física atual e futura do IFPA Campus Cametá, as informações sobre a biblioteca, laboratórios de informática e equipamentos de tecnologia da informação, os recursos tecnológicos e de audiovisual para uso administrativo, o Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais e o Plano de substituição de veículos.

11.1 Infraestrutura física

Atualmente, o IFPA, campus Cametá, funciona em um prédio público do município de Cametá, que é destinado às atividades da Universidade Aberta no Brasil (UAB), que oferece cursos à distância de diversas universidades públicas.

Desse modo, algumas salas de aula são disponibilizadas para o uso durante a semana para este instituto. Algumas salas administrativas também funcionam no prédio compartilhado, mas outras salas administrativas, como sala para professores, sala do trabalho administrativo e um pequeno laboratório de informática funcionam em dois contêineres alugados pela gestão do campus, já que não há local para este funcionamento.

O IFPA Cametá, em seu local provisório e adaptado, possui biblioteca, que é compartilhada com a biblioteca da UAB, além de um laboratório de informática e outro de biologia.

O campus não expandiu a oferta de cursos nos últimos anos pela morosidade da entrega do prédio definitivo que está em construção desde 2013. A demora para a conclusão dá-se por problemas de projeto ou de empresas que as abandonaram por incapacidade técnica e/ou financeira.

Ademais a obra está em funcionamento e prevê-se a entrega no primeiro semestre de 2020, caso não ocorra nenhum problema no cronograma de execução da obra.

Desse modo, o projeto arquitetônico foi desenvolvido à época pela equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Projeto do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), objeto de financiamento pelo Programa Brasil Profissionalizado. Em seu projeto, possui 12 (doze) salas de aula, 06 (seis) laboratórios básicos, auditório, biblioteca, teatro de arena, refeitório, área de vivência, quadra poliesportiva coberta e 02 (dois) grandes laboratórios. Os espaços foram definidos conforme a função a que se destinam e interligados por circulação coberta, totalizando 06 (seis) blocos.

Os blocos foram implantados, separados por função e procuraram manter o isolamento acústico das edificações, e também visando aproveitar o máximo das áreas verdes dos terrenos. Por esta razão, o bloco administrativo/pedagógico está disposto em 02 (dois) pavimentos. A escola possui 04 (quatro) acessos independentes, sendo estes: acesso principal de pedestres, acesso de veículos aos

estacionamentos e bicicletário, acesso de serviço e acesso secundário à quadra de esportes. O acesso ao estacionamento deverá ser controlado por guarita.

As dimensões do terreno estão definidas em escritura pública, com seus confinantes e área total perfazendo 20.400,00m². O projeto possui uma área construída de 5.577,39m². Para um maior aproveitamento do terreno, foi utilizado o projeto padrão como modelo de implantação.

O auditório será composto de: 02 (dois) acessos principais e uma saída de emergência; Conjunto de sanitários; Sala Técnica; Plateia com capacidade para aproximadamente 200 pessoas, incluindo 02 (dois) lugares para P.O. (Pessoa Obesa), 02 (dois) lugares para P.C.R (pessoa com mobilidade reduzida) e 04 (quatro) lugares para P.C.R. (pessoa em cadeira de roda); Rampa para acessibilidade ao palco; e, Palco, com espaço de apoio contendo sanitário e bancada com pia.

O quadro abaixo apresenta a infraestrutura física do IFPA no ano de 2019:

Quadro 13 - Infraestrutura física em 2019 (projeção em m²).

Infraestrutura	Qtde.	2019 (m ²)
Área de lazer	-	-
Auditório	-	-
Banheiros	02	18
Biblioteca	01	40
Instalações administrativas	04	60
Laboratórios*	02	64
Salas de aula	04	128
Salas de coordenação	-	-
Salas de docentes	01	32
Outros	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

11.2 Biblioteca

A biblioteca do IFPA, Campus Cametá, possui em seu acervo livros (394 títulos e 311 exemplares) e periódicos (79 títulos e 157 exemplares), totalizando 478 títulos e 777 exemplares indexados ao Sistema Pergamum. Possui, ainda, mesas coletivas para estudo e dois terminais para consulta online, funcionando de 8h às 12h e das 14h às 18h e fornecendo serviços de referência do acervo, empréstimo e devolução através do Sistema Pergamum e acesso ao portal capes através dos terminais de consulta. A atualização de títulos é realizada conforme cronograma de aquisição do campus de acordo com a necessidade dos cursos oferecidos na instituição e a necessidade dos alunos.

A biblioteca conta hoje com a lotação de dois servidores técnicos administrativos, a saber: um bibliotecário e uma auxiliar de biblioteca.

O quadro abaixo apresenta o acervo da Biblioteca do IFPA, por área do conhecimento.

Quadro 14 - Acervo da biblioteca por área do conhecimento.

Titulação	Quantidade de títulos						Quantidade de exemplares					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Livros	438	600	700	800	800	900	697	850	1000	1200	1350	1500
Periódicos	0	15	25	30	30	35	0	75	150	200	250	350
Folhetos	78	120	140	160	160	190	156	200	300	350	400	450
Revistas	0	30	40	50	50	70	0	90	120	150	180	210
Jornais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obras de referência	0	5	10	15	15	25	0	25	50	75	100	125
Vídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DVD	0	5	10	15	15	25	0	5	10	15	20	25
CD-Roms	0	10	15	20	20	30	0	10	15	20	25	30
Assinaturas Eletrônicas	0	1	1	1	1	1	0	200	200	200	200	200
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Quando pronto, o campus possuirá uma biblioteca localizada na entrada principal do prédio pedagógico, que conta com os seguintes espaços: Hall coberto, que serve também como foyer do auditório; Circulação vertical principal no hall, feita por rampa; Plataforma de acessibilidade ao pavimento inferior e superior da biblioteca.

Aberta à comunidade em geral para uso local, permitirá consulta direta ao acervo, utilizando como medidas de segurança o acesso controlado por catracas, circuito fechado de televisão (CFTV) e sistema de detecção nas suas coleções.

A biblioteca ocupará uma área de 193,26 m², distribuída em 02 pavimentos, oferecendo ambientes climatizados e integrados com locais projetados para uso de rede sem fio e recursos multimídia. Privilegia espaços para a pesquisa acadêmica e a produção do conhecimento, disponibilizando um pavimento exclusivo para estudos em grupo e individuais. Possui áreas de leitura intensamente iluminadas com luz natural, áreas de consulta a coleções especiais e obras raras e um Espaço Cultural. Oferecerá condições de acessibilidade, deverá incluir acervo e serviços dedicados ao deficiente visual.

11.3 Laboratórios

O laboratório de informática do campus Cametá funciona em uma sala de 20m³ em um contêiner alugado de forma adaptada, já que não possui, no prédio atual, local para isso e possui apenas 24 computadores. Com a estrutura atual são 0,30 equipamentos por aluno.

Porém, pelo planejamento, em 2023 serão 200 computadores desktop distribuídos em 5 laboratórios, dispostos da seguinte forma: 01 (um) laboratório de desenvolvimento, contendo 40 computadores desktop; 01 (um) laboratório de rede de computadores e hardware, contendo 40 computadores desktop; 02 laboratórios de uso comum para outros cursos, contendo 80 computadores desktop; e uma sala de aula, contendo 40 computadores desktop para aulas de cursos diversos.

Os laboratórios serão digitais e equipados com: TV's Smart de 55 polegadas, impressoras laser P/B e projetores para auxílio nas atividades docentes, além de notebooks que serão usados para testes, desenvolvimentos e auxílios nos laboratórios.

O quadro abaixo apresenta os equipamentos dos laboratórios de informática:

Quadro 15 - Equipamentos dos laboratórios de informática.

Equipamentos	Especificações	Quantidade Atual	2019	2020	2021	2022	2023
Computadores	Desktop Core I5/7	25	55	40	40	20	20
Impressoras	Lazer P/B	0	1	1	1	1	1
Notebook	Dual Core/Core I5/I7	0	5	5	5	5	5
Projetores	3500 LUMENS	1	5	0	0	5	0
Retroprojetores	-----	0	0	0	0	0	0
Televisores	SMART TV 55"	0	5	0	0	5	0
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

11.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual

A estimativa de equipamentos de informática e audiovisual no âmbito administrativo do IFPA – Campus Cametá estão listados quantitativamente no quadro abaixo, tanto os atuais quanto os estimados no quinquênio de 2019 a 2023.

Quadro 16 - Equipamentos de informática para uso administrativo.

Equipamentos	Especificações	Quantidade Atual	2019	2020	2021	2022	2023
Computadores	Desktop Core I5/7	9	10	10	7	7	7
Notebook	Core I5/I7	4	3	3	3	4	4
Impressoras	Lazer P/B	3	3	2	2	2	2
Impressoras	Lazer Color	0	4	1	1	1	1
Projetores	3500 Lumens	0	4	1	1	1	1
Telefone IP	Polycom Telefone IPVVX 600	10	5	5	5	5	5
Televisores	SMART TV 49"	0	3	3	3	2	1
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

A área Administrativa do IFPA Cametá atualmente possui 13 computadores/notebook; porém pelo nosso planejamento em 2023 teremos 71 computadores/notebook distribuídos em duas diretorias, a saber: Diretoria Administrativa e Diretoria Geral. Os subsetores serão digitais, contendo: TV's *Smart* de 49 polegadas, impressoras laser P/B e Coloridas, projetores para auxílio em salas de reunião; já os notebooks estarão sendo usados por Diretores e Coordenadores, assim como os equipamentos de telefonia IP, que estarão auxiliando na comunicação interna e externa.

11.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais

O plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado às pessoas com necessidades educacionais específicas do IFPA Campus Cametá ocorre pela ação conjunta entre a Equipe Pedagógica e o NAPNE, o qual iniciou suas atividades no mês de abril de 2018 com a atuação de uma equipe multiprofissional.

O NAPNE visa a garantia do acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais específicas e pessoas com deficiência, além das condições de aprendizagem, a fim de garantir a qualidade de ensino e convivência equivalente à totalidade do corpo discente do IFPA Campus Cametá. Para o quinquênio 2019-2023 o objetivo é ampliar o atendimento especializado de estudantes, adequar as condições arquitetônicas e formar docentes para a inclusão

Ressalta-se que a educação inclusiva não se trata apenas de acesso à educação, mas principalmente, a permanência na Instituição de pessoas com necessidades especiais, sem qualquer tipo de discriminação. Para tanto, exige o atendimento, em condições igualitárias a despeito das características, desvantagens ou dificuldades que essas pessoas possam apresentar. Assim o IFPA Campus Cametá está empenhado em promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, conforme determinação da Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dos Decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, que a regulamentam.

Assim, além das ações acima descritas, deverá colocar à disposição das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas. A Instituição estará elaborando normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos e funcionários com necessidades especiais, a fim de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação.

11.6 Cronograma de expansão da infraestrutura

Atualmente, o Campus Cametá conta com 5 salas de aula, 1 biblioteca, 2 banheiros, 1 laboratório de informática, 1 sala de coordenação de cursos, 1 sala de professor, 1 sala de secretaria acadêmica, 1 sala da diretoria de ensino, 1 sala de Administração e 1 sala da direção geral. A infraestrutura destes ambientes é simples, a começar pelo espaço físico, em virtude de o Campus encontrar-se instalado em sede provisória, compartilhado com a UAB, que não dispõe das condições ideais para a instalação de espaços mais completos e melhor equipados.

O cronograma de implementação das ações voltadas para a expansão da infraestrutura em metros quadrados (m²) encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 17 - Evolução da infraestrutura (projeção em m²)

Infraestrutura	Qtde.	2019 (m ²)	2020 (m ²)	2021 (m ²)	2022 (m ²)	2023 (m ²)
Área de lazer	01	1.094,26	1.094,26	1.094,26	1.094,26	1.094,26
Auditório	01	297,28	297,28	297,28	297,28	297,28
Banheiros	09	265,45	265,45	265,45	265,45	265,45
Biblioteca	01	193,26	193,26	193,26	193,26	193,26
Instalações administrativas	07	106,82	106,82	106,82	106,82	531,23
Laboratórios ¹¹	08	944,84	944,84	944,84	944,84	944,84
Salas de aula	12	727,56	727,56	727,56	727,56	1.151,97
Salas de coordenação	02	29,14	29,14	29,14	29,14	29,14
Salas de docentes	01	52,87	52,87	52,87	52,87	52,87
Outros	01	1.865,91	1.865,91	1.865,91	1.865,91	1.865,91

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Destaca-se, ainda, que o Prédio do Campus Cametá está em fase de construção em imóvel doado pelo município de Cametá, medindo 170 (cento e setenta) metros de comprimento e 120 (cento e vinte) metros de largura, perfazendo uma área de 20.400 m², localizado em perímetro urbano deste município, à Avenida Euclides Figueiredo, s/n, bairro Marambaia.

¹¹ Laboratórios: laboratório de química; laboratório de biologia; laboratório de física; laboratório de matemática; laboratório de informática; laboratório de línguas; laboratórios especiais.

11.7 Plano de substituição de veículos

Atualmente o IFPA Campus Cametá possui apenas um veículo Institucional, uma caminhonete L200 Mitsubishi, ano 2014. Em virtude da vigência da portaria 234, de 19 de julho de 2017 que suspende a aquisição ou locação de veículos, não há plano de substituir o atual veículo para o próximo quinquênio. Pretende-se sim, através de parcerias com outros Campi e/ou Instituições, obter outros veículos.

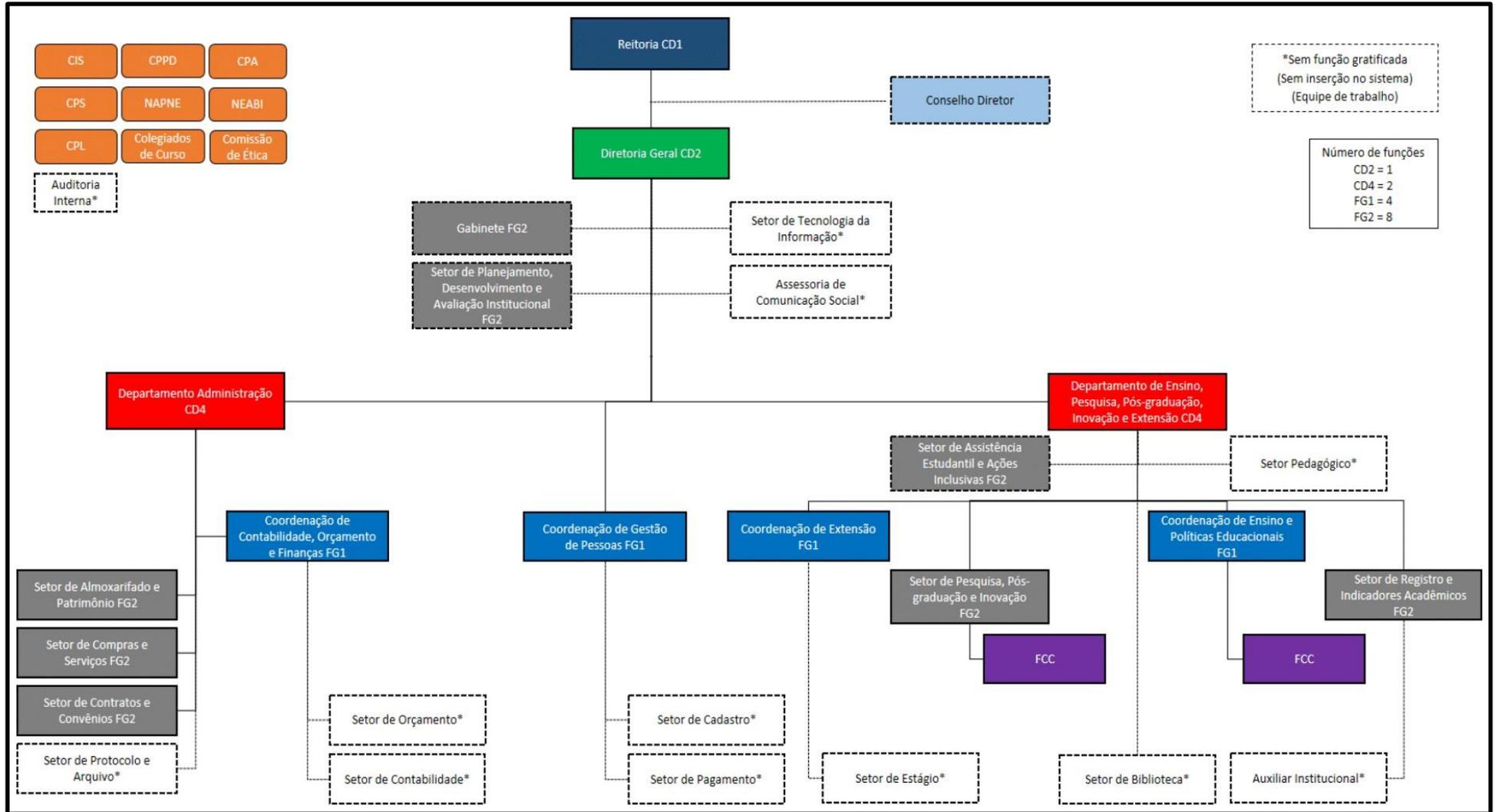
12 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO IFPA

12.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

A Estrutura Organizacional do IFPA Campus Cametá toma como referência a Instrução Normativa nº 2, de 25 de setembro de 2017, em que estabelece a aderência entre o organograma funcional do Campus com o organograma funcional das unidades da Reitoria do IFPA, para melhoria do fluxo dos processos institucionais, atendendo ao princípio da relação sistêmica da gestão e de seu funcionamento em rede, de acordo com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A estrutura organizacional do Campus está de acordo com o organograma constante na figura abaixo, aprovado pela Resolução nº 142/2018/CONSUP/IFPA¹².

¹² Disponível em: <https://cameta.ifpa.edu.br/documentos-do-campus/2017/58-resolucao-n-142-2018-consup-ifpa-organograma-campus-cameta/file>

Figura 5 - Organograma do Campus Cametá



*Sem função gratificada
(Sem inserção no sistema)
(Equipe de trabalho)

Número de funções
CD2 = 1
CD4 = 2
FG1 = 4
FG2 = 8

12.2 Órgãos Colegiados

12.2.1 Conselho Diretor (CONDIR)

O Conselho Diretor é o órgão consultivo máximo do Campus, com composição e atribuições que lhe são conferidas pelo regimento geral do IFPA, tendo o Diretor Geral como presidente, e representação de áreas diversas, tais como docentes, servidores técnico-administrativos, discentes, egressos, representantes da sociedade civil.

12.3 Políticas de Gestão do IFPA

Neste item, serão apresentadas as seguintes políticas de gestão do campus Cametá: Integrada, de Transparência e de Acesso à Informação, de Pessoas, por Processos, de Riscos e Controles, de Meio Ambiente e o Modelo de Gestão do IFPA.

12.3.1 Política de Gestão Integrada

O Campus Cametá tem adotado um modelo de gestão democrática, participativa e transparente, seja por meio da integração entre as unidades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, seja entre o campus e a Reitoria e demais Campi do IFPA. Essa integração é importante na medida em que permite a troca de experiências exitosas, o compartilhamento de soluções aos problemas comuns, bem como a construção coletiva dos planos estratégicos, seja na área do ensino, na área da pesquisa, na área da extensão ou na área da gestão.

Para tal, o campus têm adotado a realização de eventos integrados entre ensino e gestão para que sejam apresentadas a toda a comunidade os relatórios e planejamentos financeiros e de gestão. Ademais, o planejamento e a elaboração de outros documentos e regulamentações, como este próprio documento, ocorrem utilizando-se processos democráticos e participativos.

Por fim, o Campus Cametá instituiu a partir de 2020 o Comitê de Gestão, com a finalidade de tornar as decisões de gestão mais coesas entre os setores e departamentos e facilitar a integração de ações entre gestão, ensino, pesquisa e extensão.

12.3.2 Política de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação

Como política de gestão transparente, o Campus Cametá irá promover um amplo programa de acesso à informação. Além dos portais governamentais, o site institucional será atualizado periodicamente com dados relacionados à aquisições e contratos, políticas de gestão, documentos institucionais, informações de contato e funcionamento, editais, entre outros.

Além disso, os processos, documentos e portarias referentes ao campus serão

disponibilizados para acesso pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), o qual pode ser acessado pelo endereço: <https://sipac.ifpa.edu.br/sipac/>.

Por fim, como forma de divulgar os resultados do PDC dos campi e do PDI, o IFPA está implementando o Painel de Monitoramento do PDI, disponível em http://painel.ifpa.edu.br:8080/app_direct/painel_pdi/, e o Painel de Planejamento do IFPA.

12.3.3 Política de Gestão de Pessoas

Anualmente o IFPA elabora um Plano de Capacitação dos Servidores, com investimentos que cresceram bastante nos últimos anos, contudo, é necessário implementar uma Política de Gestão de Pessoas, com foco em um Programa de Valorização dos Servidores, com projetos que melhorem a vida dos servidores, tais como: ergonomia, saúde, segurança, humanização, banco de talentos, gestão por competência, esporte, cultura e lazer, reconhecimento etc.

12.3.4 Políticas de Gestão por Processos

A gestão por processos é uma orientação conceitual que visualiza as funções de uma organização com base nas sequências de suas atividades, ao contrário da abordagem funcional tradicional, em que as organizações estão separadas por área de atuação, altamente burocratizadas e sem visão sistêmica do trabalho que realizam.

O Campus Cametá desenvolve diversas atividades que levam à produção de resultados. Essas atividades em conjunto podem ser enquadradas como processos, que, de forma integrada, trabalham para atingir os objetivos principais da organização, diretamente relacionados à sua missão institucional.

A abordagem por processos permite melhor especificação do trabalho realizado, o desenvolvimento de sistemas, a gestão do conhecimento, o redesenho e a melhoria, por meio da análise do trabalho realizado de modo a identificar oportunidades de aperfeiçoamento.

Em 2018, o IFPA começou a desenvolver o projeto do Escritório de Gerenciamento de Projetos de Gestão e Processos (EGPGP), cujo objetivo é modelar os processos de atividades desenvolvidos no âmbito do IFPA como todo e propor melhorias para torná-los mais céleres e eficazes, com a diminuição dos custos e da força de trabalho, além do incentivo à utilização do Sistema Integrado de Gestão e a elaboração e divulgação dos fluxos de processos.

12.3.5 Políticas de Gestão de Riscos e Controles

Em 2018, o IFPA também aprovou sua Política de Gestão de Riscos e Controles, cujo

objetivo é criar nos gestores, e servidores de uma forma geral, o hábito de elaborarem um plano de gestão de riscos para as suas unidades ou setores. As ações desta política incluem a capacitação dos gestores na identificação e gerenciamento de riscos e a participação de representantes do campus em reuniões periódicas do Comitê de Gestão de Riscos, Controles e Integridade, formado pelos gestores de todas as unidades do IFPA.

Além disso, cada Plano Anual de Metas (PAM) contempla um Plano de Gestão de Riscos para os objetivos contidos nele. A finalidade desse plano é aumentar as possibilidades de atingimento dos objetivos e metas previstos no PDC.

12.3.6 Política de Meio Ambiente

O IFPA, como qualquer outro órgão, gera resíduos que causam impactos negativos ao meio ambiente. Além disso, como instituição de ensino, não pode fugir à sua responsabilidade ambiental. Por isso, em 2017, foi aprovada sua Política de Meio Ambiente e um Plano Institucional de Meio Ambiente com ações que visam minimizar os impactos ambientais negativos causados pelo IFPA. Como ações da Política de Meio Ambiente, todos os planos de curso do Campus já contemplam ações transversais de educação ambiental.

Em 2018, foi aprovado o Plano de Sustentabilidade Ambiental, que prevê ações para diminuição de despesas com energia elétrica, água, aquisição de papel e de copos descartáveis. Prevê também que os projetos de novas obras atendam aos requisitos de sustentabilidade ambiental, com sistemas de iluminação mais econômico e sustentável, aproveitamento e utilização de água das chuvas. O IFPA deverá ainda diminuir o consumo de papel com a utilização do Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos. Ademais, será aumentado significativamente o número de compras com critérios de sustentabilidade.

12.3.7 Modelo de Gestão do Campus

Em consonância com a Política de Gestão que vem sendo, grosso modo, desenvolvida, o IFPA Campus Cametá, a partir do PDC 2019-2023, passará a adotar o Modelo de Excelência na Gestão (MEG), desenvolvido pelo Programa Ges-pública, do Governo Federal. Esse modelo de gestão se apresenta como o mais adequado para a realidade da instituição, pois é pensado para organizações que tenham como princípio a gestão democrática e participativa, por meio do qual se deve construir a definição de Missão, Visão, Valores, Planejamento Estratégico, Indicadores de Desempenho e ferramentas de monitoramento de resultados.

O Modelo de Excelência na Gestão está alicerçado em oito fundamentos, que se desdobram

em temas que o IFPA Campus Cametá já vem desenvolvendo, sendo esses: **Pensamento sistêmico; Adaptabilidade; Desenvolvimento sustentável; Orientação por processos; Liderança transformadora; Compromisso com as partes interessadas; Geração de valor; e Aprendizado organizacional e inovação.** O modelo ainda permite novas possibilidades de aperfeiçoamento ou inovação por meio de processos para os quais serão indicadas as ferramentas mais apropriadas.

13 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

13.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)

Considerando a Resolução nº 147/2016/CONSUP/IFPA, apoio pedagógico é o conjunto de estratégias que visam desenvolver no estudante competências, habilidades, atitudes e valores no âmbito curricular e extracurricular, objetivando a formação integral do discente. Possuindo as seguintes modalidades: material pedagógico e participação em eventos técnico-científicos, esportivos, culturais ou políticos.

No Campus Cametá, a Política de Assistência ao Estudante se constitui em um conjunto de ações, que visa garantir o acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes do IFPA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico. O Programa de Assistência Estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição de barreiras e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico.

Desta forma, os auxílios garantem aos discentes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica:

- Transporte municipal;
- Transporte intermunicipal;
- Incentivo à prática de atividades culturais e artísticas;
- Incentivo à prática de esportes e lazer;
- Aquisição de material pedagógico (lápiz, caderno, borracha, uniforme, *pendrive*);
- Incentivo à participação em eventos técnico-científicos (custos com inscrição e viagem);
- Incentivo à participação em projetos de pesquisa e extensão e auxílios eventuais para estudantes em situação calamitosa eventual.

Além dos auxílios ofertados por meio da Política de Assistência Estudantil, os discentes são contemplados, ainda, com bolsas de projetos de Extensão e Projetos de pesquisa fomentados por editais institucionais e externos.

Os programas de apoio pedagógico e financeiro planejados pela Comissão de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Pará/ Campus Cametá para o ano de 2019 estão elencados no quadro abaixo:

Quadro 18 - Programas de apoio pedagógico e financeiro planejados pelo SAEAI do IFPA Campus Cametá para o ano de 2019.

Modalidade	Nº de estudantes a serem atendidos	Valor do auxílio	Nº de parcelas	Custo total com a ação
Auxílio moradia	30	R\$ 200,00	07	R\$ 42.000,00
Auxílio alimentação	150	R\$ 150,00	06	R\$ 135.000,00
Auxílio transporte municipal	57	R\$ 110,00	06	R\$ 37.620,00
Auxílio transporte intermunicipal	20	R\$ 120,00	06	R\$ 14.400,00
Auxílio para atividades culturais	05	R\$ 100,00	05	R\$ 2.500,00
Auxílio para atividades esportivas	05	R\$ 100,00	05	R\$ 2.500,00
Material pedagógico	420	R\$ 120,00	Única	R\$ 50.400,00
Participação em eventos técnico-científicos	25	R\$ 450,00	Única	R\$ 11.250,00
Participação em eventos esportivos	45	R\$ 200,00	Única	R\$ 9.000,00
Auxílio eventual	-	-	Até 03	R\$ 6.042,46
Projeto de pesquisa	05	R\$ 100,00	06	R\$ 3.000,00
Projeto de extensão	05	R\$ 100,00	06	R\$ 3.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As ações da Assistência Estudantil são regidas por edital próprio de cada Campus, no qual constam o número de alunos atendidos em cada ação, valores e critérios. Este edital é analisado pela Pró-Reitoria de Ensino e pela Procuradoria Federal, tornando-o legalmente constituído. Desse modo, a Política de Assistência Estudantil objetiva prevenir e minimizar a reprovação e evasão escolar por meio de Programas Universais e Específicos a todos os estudantes regularmente matriculados, tendo como prioridade ao acesso os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

13.2 Estímulos à permanência

Nivelamento é uma Política de Atendimento ao Discente. É também um estímulo à permanência do aluno e ao contínuo acompanhamento psicopedagógico. Os programas de nivelamento da aprendizagem, bem como os atendimentos psicopedagógicos ainda não estão institucionalizados no Campus, porém estão previstos para o ano de 2020.

A não institucionalização do atendimento psicopedagógico decorre da ausência de profissionais habilitados no quadro de servidores do Campus Cametá. Apesar disso, o Setor pedagógico, a Comissão de Assistência Estudantil e a Comissão de Permanência e Êxito contam com a colaboração de instituições parceiras, que cedem profissionais capacitados para os atendimentos psicopedagógicos. Quando implantado no Campus, o apoio ocorrerá por meio de orientação e/ou aconselhamento especializado tanto psicológico quanto psicopedagógico.

Além disso, ações de intervenções junto aos discentes vêm sendo realizadas pelo Setor Pedagógico em parceria com a Comissão de Permanência e Êxito e Comissão de Assistência Estudantil, com a finalidade de acompanhar os discentes em suas dificuldades de aprendizagem, por meio de ferramentas como a ficha de acompanhamento discente, na qual os docentes relatam as dificuldades apresentadas pelos alunos e repassam aos setores responsáveis por fazerem a intervenção, orientando os estudantes e motivando-os à procura de atendimento intraescolar realizado pelos docentes no contra turno. Buscando a diminuição da taxa de evasão e retenção e a elevação do nível da qualidade de ensino na instituição.

Quanto às análises quantitativas, a Equipe Pedagógica vem adotando estratégias de acompanhamento de frequência e rendimento acadêmico pelo SIGAA; acompanhamento em sala de aula com o auxílio dos assistentes de alunos; acompanhamento dos diários de classe; diálogo com os Coordenadores de Cursos, docentes e discentes; contato com os responsáveis dos estudantes e visitas domiciliares.

13.3 Organização estudantil

O IFPA Campus Cametá não possui, ainda, espaços físicos de convivência próprios, tais como: quadra esportiva, auditório, restaurante. Todavia, as instituições parceiras disponibilizam os espaços necessários à realização das atividades promovidas pelo Campus, quais sejam: projetos de ensino e extensão ofertadas aos discentes e a comunidade, de modo a garantir a participação e convivência estudantil.

Além disso, ressalta-se a atuação do movimento estudantil como elemento fundamental da estrutura organizacional da instituição, visto que a atuação dos discentes garante que as decisões sejam tomadas de forma democrática e participativa. Os discentes possuem representação nas seguintes categorias: CONDIR do Campus Cametá, Fórum de Assistência Estudantil, Grêmios Estudantis e Colegiado de Curso.

O corpo discente do IFPA campus Cametá, estará organizado em órgão de representação estudantil, na forma definida pela legislação vigente de acordo com o nível escolar. Com o estímulo

à organização da representação estudantil, por meio do Grêmios e Centros Acadêmicos, espera-se a cooperação da comunidade acadêmica com o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão por meio do exercício democrático da participação nas instâncias de decisão coletiva do Campus.

Desta forma, o órgão de representação estudantil deverá ser regido por Estatuto, aprovado pela comunidade estudantil respectiva e encaminhado para conhecimento dos órgãos deliberativos, normativos e executivos do Campus. Compete ao órgão máximo de representação discente indicar os representantes estudantis, com direito a voz e voto, nos órgãos deliberativos e normativos do IFPA Campus Cametá.

O Grêmios Estudantil, colegiado de estudantes do Ensino Técnico, tem por objetivos congregar os estudantes da instituição; defender seus interesses individuais e coletivos; incentivar a cultura literária, artística, desportiva e de lazer, bem como festas e excursões de seus membros; realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural, educacional, político, desportivo e social com entidades congêneres; pugnar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo, pelo ensino público, gratuito e de qualidade para todos; lutar pela democracia permanente dentro e fora da escola, por meio do direito de participação nos fóruns deliberativos.

13.4 Acompanhamento dos egressos

Considerando a política institucional para os egressos, o IFPA atua por meio do Programa de Atendimento aos Egressos (ProEgressos), aprovado pela Resolução nº 328/2017/CONSUP. Apesar de defendida como proposta extensionista, a política de egressos é, também, integrada ao ensino e à pesquisa, configurando-se como um dos caminhos de estreitamento das relações de trabalho e da formação profissional.

O IFPA Campus Cametá por encontrar-se em processo de estruturação, apresenta pequeno número de egressos, desta forma, os mecanismos e/ou sistemas utilizados pelo IFPA com a finalidade de estabelecer relação com os egressos ainda não foram colocadas em prática.

Para o acompanhamento dos egressos serão adotadas as seguintes medidas:

- I. Cadastro do egresso e de seu currículo no banco de dados da instituição;
- II. Envio ao endereço eletrônico do egresso de informes sobre atualização e capacitação;
- III. Desenvolvimento de formulário com questionário aplicado aos egressos avaliando o curso realizado e diagnosticando as principais dificuldades encontradas por estes no mercado de trabalho;
- IV. Cadastro atualizado das empresas parceiras e dos estudantes que concluem os

course ingressam no mercado de trabalho.

O acompanhamento dos egressos do IFPA Campus Cametá possibilitará estabelecer o estreitamento das relações entre egressos e instituição, além de avaliar o impacto nas suas condições de trabalho e renda, bem como sua formação e suas expectativas de formação continuada. Os egressos poderão participar dos eventos e atividades acadêmicas (palestras, oficinas, mesas redondas, etc.) realizados na instituição e poderão ser convidados a relatar suas experiências e vivências aos discentes e à comunidade.

14 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação proporciona a análise da realidade a partir de processos de participação da comunidade. Isso se dá por análise quantitativa e também qualitativa de onde se avalia. Nada mais é, do que o levantamento de dados para a implementação de melhorias em pontos que são considerados de atenção.

Nesse sentido, é importante descrever que, o campus Cametá realiza sua avaliação institucional através da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) que em parceria com as CPA's locais realiza esse levantamento. Essas informações servem para uma análise geral da realidade local, mas proporciona também a autoavaliação, a percepção de estratégias que são positivas e aceitas, bem como, elencam pontos de atenção, que requerem cuidado e avaliação para a superação e melhoria.

Assim, docentes, discentes e técnico-administrativos têm a oportunidade de participar das avaliações que as CPA's disponibilizam, mas também de participar das ações de elaborações de estratégias de melhorias para o campus, seja no Projeto Político Pedagógico (PPP), Projeto de Desenvolvimento do Campus (PDC), ou Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).

15 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

15.1 Estratégia de gestão econômico-financeira

A matriz CONIF considera o número de alunos e os pesos de cada curso nos quais os alunos estão matriculados para elaborar os valores orçamentários. Com base nisto, são definidos os valores do orçamento do IFPA e de cada um dos campi que o integram.

Neste sentido, para se alcançar uma gestão econômico-financeira com cada vez mais eficiência, com eficácia e voltada para uma melhoria contínua na qualidade dos gastos e atentar para a sustentabilidade financeira da Instituição, o IFPA Campus Cametá tem as seguintes propostas: Consolidar a interlocução entre a gestão e a comunidade, trazendo mais transparência às ações institucionais; Aperfeiçoamento das ferramentas do sistema de gestão existentes e implantação de novas ferramentas; Busca pela equalização e otimização de estrutura física e de pessoal do campus, identificando a infraestrutura e a força de trabalho necessárias para cada atividade; e Manutenção e implementação de ações de capacitação de servidores, com foco na gestão pública, para melhoria contínua de suas atividades.

15.2 Planos de investimentos

Para os planos de investimentos do IFPA Campus Cametá têm-se uma previsão de incremento anual na ordem de 10% no orçamento de nossa matriz, assim como presume-se que, assegurados os recursos necessários às despesas fixas de manutenção básica, caso tenha-se um excedente, este será investido em ações que visem à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica. Poderemos contar, ainda, com os recursos próprios, como também, submeter os projetos de investimento ao MEC e Instituições parceiras, visando à obtenção de recursos para financiar a expansão da infraestrutura.

Além disso, a tendência é que em 2019, com a finalização das obras estaremos em prédio próprio. E de acordo com o projeto receberemos o prédio já com equipamentos e mobílias, entretanto temos previsão de construção de dois prédios, ambos com início em 2023, conforme quadro abaixo:

Quadro 19 - Plano de investimento/Cronograma

Plano de investimento/Cronograma					
Descrição	Período				
	2019	2020	2021	2022	2023
Construção de um Bloco pedagógico					X
Construção e estruturação de um prédio para as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação					X

15.3 Previsão orçamentária e cronograma de execução (05 anos)

Em 2017 o orçamento do IFPA Campus Cametá foi de R\$ 1.099.710,79 para Custeio e Investimento. Já neste ano de 2018 o orçamento foi de R\$ R\$ 1.023.607,50, apresentando uma redução de, aproximadamente, 7%. Para o próximo quinquênio (2019 a 2023), utilizando a previsão da taxa do IPCA e de crescimento do IFPA, podemos fazer um prognóstico de crescimento de 10% do orçamento a partir de 2018, conforme cronograma de evolução orçamentária abaixo:

Quadro 20 - Previsão orçamentária de orçamento para custeio e investimento

Custeio e investimento					
	2019	2020	2021	2022	2023
Previsão Orçamentária¹³	R\$1.125.968,25	R\$1.238.565,07	R\$1.362.421,58	R\$873.684,39	R\$873.684,39
Orçamento disponibilizado¹⁴	R\$1.280.382,89	R\$1.069.514,01	R\$873.684,39	-	-

Todavia essa previsão não garante a disponibilidade orçamentária estimada, haja vista, que a proposta orçamentária tem periodicidade anual e que outras variáveis determinam o orçamento da Instituição, além do fato desta estar sujeita à disponibilidade orçamentária do MEC, influenciada pela conjuntura econômica, a exemplo da crise financeira que o país está enfrentado.

¹³ A previsão orçamentária para os anos de 2019, 2020 e 2021 foi realizada no ano de 2018 e a previsão orçamentária para os anos de 2022 e 2023 foi realizada no ano de 2021, após revisão.

¹⁴ Os valores constantes na linha "Orçamento disponibilizado" correspondem aos montantes anuais repassados ao IFPA Campus Cametá.

16 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC

Para que qualquer planejamento possa alcançar seus objetivos e, por consequência, cumprir sua finalidade é necessário que durante sua execução este seja monitorado e revisado periodicamente. Desta forma, para fins de controle do PDC 2019-2023 do Campus Cametá foi selecionada a ferramenta SIGPP para realizar o controle e monitoramento das metas definidas. Justifica-se a escolha desta ferramenta por sua característica atender às necessidades do planejamento e por estar alinhada ao PDI, já que também está sendo utilizada pelo planejamento institucional.

Além disso, um calendário de atualização de resultados e de revisão do planejamento foi elaborado para facilitar a programação dos gestores das áreas em relação às ações referentes ao PDC 2019-2023. O calendário é composto por 03 (três) atividades principais:

- Atualização dos resultados alcançados pelas áreas (AR) - Trimestralmente, os gestores das áreas deverão atualizar no SIGPP os resultados referentes às metas pelas quais são responsáveis.
- Avaliação dos resultados e revisão do planejamento do semestre (RS) - Anualmente, no início de agosto, os gestores das áreas deverão se reunir para avaliar os resultados alcançados até então referentes ao planejamento do ano e, a partir desta avaliação, corrigir o que for necessário no planejamento do semestre restante.
- Avaliação dos resultados e revisão do planejamento do ano (RA): Anualmente, no início de janeiro, os gestores das áreas deverão se reunir para avaliar os resultados alcançados referentes ao planejamento do ano anterior e, a partir desta avaliação, corrigir o que for necessário no planejamento do ano corrente.

Por fim, como o PDI 2019-2023 prevê uma única revisão na metade de seu período de vigência para garantir que ainda esteja consoante com os objetivos institucionais, mas sem perder a estabilidade de seus indicadores, o PDC 2019-2023 poderá sofrer revisão após a consolidação da revisão do PDI para garantir que continue alinhado com este. A revisão deverá ser realizada por comissão de docentes e técnicos em conjunto com os gestores das áreas.

17 PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS

Por se tratar de uma extensão e complemento do PDI 2019-2023, optou-se por utilizar no PDC 2019-2023 do Campus Cametá a mesma metodologia de gerenciamento de riscos adotada pelo planejamento macro do IFPA, a qual se encontra descrita a seguir.

Primeiramente, realizou-se a definição dos objetivos estratégicos do campus para o período de vigência do PDC e seus indicadores. Posteriormente, analisou-se o ambiente interno da organização e em conjunto com os gestores das áreas foram identificados e mapeados os riscos inerentes relacionados aos objetivos estratégicos do campus. Após identificação dos riscos, estes foram classificados seguindo a tipologia do risco, sua probabilidade de ocorrência e o impacto que sua ocorrência causaria no sucesso do objetivo a que está relacionado. Por fim, definiu-se qual tipo de resposta seria dado ao risco no planejamento anual do Campus.

Quanto à tipologia do risco, utilizou-se a mesma classificação do PDI 2019-2023, a qual inclui as seguintes categorias:

- **Imagem/Reputação:** Quando o evento pode comprometer a confiança da sociedade, parceiros ou fornecedores, em relação à capacidade do IFPA Campus Cametá em cumprir sua missão institucional.
- **Financeiro/Orçamentário:** Quando o evento pode comprometer a capacidade do IFPA Campus Cametá de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.
- **Legal/Conformidade:** Quando o evento é derivado de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do IFPA Campus Cametá.
- **Operacional:** Quando o evento pode comprometer as atividades do IFPA Campus Cametá, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.

Quanto à probabilidade de ocorrência e ao impacto do risco, utilizou-se a matriz constante na figura abaixo.

Figura 6 - Matriz de níveis de riscos

MATRIZ DE RISCO		Probabilidade				
		1 - Muito baixa (< 10%)	2 - Baixa (≥10% ≤ 30%)	3 - Média (>30% ≤ 50%)	4 - Alta (>50% ≤ 90%)	5 - Muito alta (>90%)
Impacto	1 - Insignificante	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Moderado
	2 - Pequeno	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Alto
	3 - Moderado	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Alto	Risco Crítico
	4 - Alto	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Alto	Risco Crítico	Risco Crítico
	5 - Catastrófico	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Crítico	Risco Crítico	Risco Crítico

Fonte: Adaptado de GT Gestão de Risco PDI/IFPA (2018).

Quanto à resposta aos riscos, foram utilizadas as possíveis respostas:

- **Eliminar:** Promover ações que evitem, eliminem ou atenuem urgentemente as causas/ou efeito;
- **Aceitar:** Conviver com o evento de risco mantendo práticas e procedimentos existentes;
- **Reduzir:** Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou ambos;
- **Compartilhar:** Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, terceirização da atividade, etc.).

Os riscos referentes à consecução dos objetivos do PDC 2019-2023, suas classificações e as respostas para cada risco serão identificados e detalhados anualmente nos Planos Anuais de Metas (PAMs). Ressalta-se que as unidades responsáveis por cada indicador, e, conseqüentemente, pela gestão dos riscos associados a esta, devem avaliar continuamente os possíveis riscos inerentes aos objetivos do PDC 2019-2023 e implementar planos de ação para eliminá-los ou minimizá-los.

19 CONCLUSÃO

O Plano de Desenvolvimento do Campus é de fundamental importância para que sejam alcançados tanto os objetivos do IFPA, em uma perspectiva macro, quanto do Campus Cametá, em uma perspectiva local. Seus objetivos, indicadores e metas, além de serem uma extensão do planejamento institucional, são o reflexo do que o campus pretende promover para a região em que está inserida. É por este motivo que, além dos indicadores oriundos do PDI, existem indicadores definidos especificamente para a realidade do campus, os quais consideram as perspectivas sociais, econômicas e culturais do município de Cametá e da região que atende.

Ademais, este documento foi elaborado através da participação de toda a comunidade acadêmica, de forma coletiva, transparente e democrática, assim, é responsabilidade desta comunidade de contribuir, de forma integrada, para o alcance dos objetivos propostos. É necessário que cada parte interessada, sejam servidores, discentes ou comunidade em geral, observe em qual objetivo, indicador ou meta ela se insere, para então trabalhar para o alcance dos resultados esperados, mesmo não sendo responsáveis diretos pelo alcance destes resultados.

Por fim, é extremamente necessário que todos conheçam a Missão, a Visão e os Valores da instituição e os apliquem em todas as ações que serão executadas para o alcance dos objetivos propostos, pois o alcance das metas sem que sejam seguidos os princípios institucionais invalidará o propósito deste documento.